Termo de Referência 44/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
44/2025	200111-SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PA	DELANO GONCALVES DE BARROS	23/07/2025 11:27 (v 2.1)

Status

PUBLICADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns	59/2025	08652.002488/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de obra de construção de um totem de identificação da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal (SPRF-PA) no CENSIPAM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Construção de um totem de identificação da sede regional da SPRF-PA no CENSIPAM	5622	unidade	1	R$ 9.121,57	**R$ 9.121,57**

1.2. Devido ao valor da presente contratação, terão participação exclusiva Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

1.3. Conforme o Decreto nº 10.306/2020, c/c o artigo 19, §3º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece-se que, nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4. O objeto da contratação tem a natureza de **obra**, conforme disposto no inciso XII do art. 6º da Lei 14.133 /21:

> XII - **obra**: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

Classificação no catálogo de serviços

1.5. Para o enquadramento específico da demanda no Catálogo de Serviços (CATSER), em respeito ao Acórdão 2.831/2021 - Plenário TCU, bem como seguindo as orientações contidas no Comunicado n.º 02 /2023 da SEGES, foi utilizado o **código serviço 5622**, do **grupo 542**: "Obras civis públicas (construção)".

1.6. A unidade de fornecimento é "**unidade**".

Classificação da atividade

1.7. O serviço é classificado como **atividade de custeio** conforme preconiza a Portaria ME nº. 7.828, de 30 de agosto de 2022, no qual estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

> **Portaria ME nº 7.828/2022**
>
> Art. 2º Consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:
>
> I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;
>
> II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e **manutenção de prédios, equipamentos e instalações**;

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.8. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

Prazo de vigência

1.9. O prazo de vigência da contratação é de **6 meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justificativa da contratação

2.1. Necessidade de identificar e direcionar o público interno e externo às instalações da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) no prédio do CENSIPAM, visto a edificação abrigar outros órgãos federais.

Justificativa legal

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra nas atribuições dos cargos de carreira do Departamento de Polícia Rodoviário Federal (DPRF) e nem se amoldam às outras vedações e exceções trazidas pelo artigo 48 da Lei 14.133/21, **tratando-se de atividade acessória, instrumental ou complementar** aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão, conforme descrito a seguir:

> **Constituição Federal de 1988**
>
> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
>
> (...)
>
> II – Polícia Rodoviária Federal;
>
> (...)

§ 2º A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao **patrulhamento ostensivo das rodovias federais**.

Código de Trânsito Brasileiro

A Lei n.º 9.503/97, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelece:

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

(...)

II – realizar o **patrulhamento ostensivo**, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.

Decreto 1.655/95 - Competências PRF

O Decreto nº 1.655 de 03 de outubro de 1995, que define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências, estabelece:

Art.1° À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I – Realizar o **patrulhamento ostensivo**, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e de terceiros;

Lei 14.133/21

Art. 48. **Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade**, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

(nossos grifos)

Ausência de recursos humanos

2.3. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) não dispõe de cargos de arquiteto, engenheiro e /ou técnicos industriais de ensino médio em seu quadro de servidores para elaborar projetos de arquitetura,

engenharia, orçamentos, cronogramas e planejamento de obras, nem possui um departamento específico para a execução dessas obras.

2.4. Para suprir essa necessidade, o DPRF precisa contratar empresa de engenharia especializada para atender o objeto desta contratação.

Interesse público

2.5. Sob o ponto de vista público, a presente contratação é um investimento que se traduz em maior qualidade, segurança, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

Alinhamento com os Instrumentos de Planejamento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

2.6. O procedimento de contratação ora iniciado, está alinhado com os Indicadores Estratégicos da PRF 2024-2025:

2.6.1. Processos de suporte:

2.6.1.1. OBE 02: Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras:

Indicadores:

a) IDE-39: Adequação das Instalações Físicas;

b) IDE-43: Execução Orçamentária.

2.7. O objeto a ser contratado está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494010441-0-000024/2025

II) Data de publicação no PNCP: 31/05/2024

III) Id do item no PCA: 154

IV) Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL

V) Identificador da Futura Contratação: 200111-59/2025

2.8. De acordo com o parágrafo primeiro, do artigo 8º da Portaria SEGES/ME Nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que versa sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

§ 1º **O PLS deverá nortear a elaboração**:

I - do Plano de Contratações Anual;

II - dos estudos técnicos preliminares; e

III - dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos **termos de referência** de cada contratação.

(nossos grifos)

2.9. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos e processos administrativos.

2.10. O PLS é estruturado em programas, iniciativas e metas de curto e médio prazos.

2.11. Tem como objetivo principal estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística, visando reduzir impactos socioambientais negativos.

2.12. Atualmente, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal não possui um PLS, porém o instrumento está sendo elaborado através de sua Diretoria de Administração (DIAD).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

ESCOPO

3.1. Utilizando como base o modelo de **totem B1** da SPRF-AM e as especificações descritas nas páginas 200 e 201 do Manual de Identidade Visual - Versão 7.0 - Edificações do DPRF, ambos como apêndice deste Termo de Referência, caberá a Contratada:

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

ETAPAS DO SERVIÇO	DOCUMENTO(S) TÉCNICO(S) A SER(EM) PRODUZIDO(S)	PRAZO DE ENTREGA	VALOR
ETAPA ÚNICA	Construção de um totem de identificação da sede regional da SPRF-PA no CENSIPAM	**30 dias** da data inicial estabelecida na Ordem de Serviço	**100,00%** do valor da proposta

3.1.1. Previamente à execução contratual, a Contratada deverá encaminhar à fiscalização técnica do contrato o(s) documento(s) de responsabilidade técnica (ART, RRT ou TRT) relativos a execução da obra.

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

ETAPA ÚNICA

3.1.2. Caberá a Contratada construir um totem de identificação da sede regional da SPRF-PA no CENSIPAM, em local a ser definido pela fiscalização técnica do contrato, utilizando os materiais descritos em planilha orçamentária.

3.1.3. Nomes dos ambientes e setas direcionais: a ser definido pela fiscalização técnica do contrato.

3.2. A obra deve utilizar-se da ferramenta **Building Information Modelling - BIM**, de acordo com o DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020 e DECRETO Nº 11.888, DE 22 DE JANEIRO DE 2024.

3.3. Sempre que houver divergência de opinião técnica entre a Contratada e a Contratante, sobre a técnica a ser utilizada, sequência das atividades, divergências na documentação técnica ou qualquer atividade que possa comprometer o prazo de entrega ou a qualidade do objeto, tais fatos deverão ser tratados diretamente com o Fiscal Técnico do contrato, bem como a indicação clara, objetiva e expressa sobre a necessidade ou não de ampliação do prazo para a entrega do(s) documento(s) técnico(s).

QUADRO DE PROFISSIONAIS

3.4. Para a perfeita execução do serviço, a Contratada deverá contar com o seguinte quadro de profissionais:

3.4.1. 01 (um) **arquiteto** ou **engenheiro civil** ou **engenheiro mecânico** ou **técnico em edificações** ou **técnico em construção civil**, com uma jornada mínima de 20 horas semanais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. Conforme o “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis” da CGU/AGU, a Contratada deve atender aos critérios e práticas sustentáveis apontadas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 2012, no que couber:

> Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:
> I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
> II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
> III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
> IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
> V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
> VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
> VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
> VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.2. A Contratada deve atender a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MPOG, nos seguintes aspectos, no que couber:

4.2.1. Desenvolvimento de arquitetura com aproveitamento de luz e ventilação natural;

4.2.2. Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

4.2.3. Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

4.2.4. Adotar preferencialmente lâmpadas em LED e luminárias de alto rendimento e eficiência;

4.2.5. Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

4.2.6. Energia solar para geração de energia a ser consumida na unidade ou até mesmo em outras unidades;

4.2.7. Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

4.2.8. Aproveitamento da água de chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

4.2.9. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.

4.3. A Contratada deve atender a Portaria nº 43, de 28 de janeiro de 2009, do Ministério do Meio Ambiente, que veda a utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto e dos produtos que contenham estas fibras na execução de obras públicas.

4.4. A Contratada deve atender a Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, no que for aplicável para licenciamento dos projetos nos órgãos, entidades e concessionárias de serviço públicos anuentes.

4.5. Os requisitos de sustentabilidade devem ser revisados e atualizados conforme necessário para incorporar novas tecnologias, melhores práticas e mudanças na legislação ambiental. A Contratada deve assegurar que todas as atualizações sejam implementadas de forma eficiente e documentada.

FORMAÇÃO DA EQUIPE

4.6. Para licitações relacionadas a obras ou serviços de engenharia, em conformidade com a definição constante no art. 6°, XII, da Lei n. 14.133, de 2021, é indispensável a participação de profissional habilitado da área, inscrito no órgão de fiscalização da atividade (CREA, CAU-BR ou CRT).

4.7. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar.

4.8. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato, podendo, inclusive, se for o caso, ser designado como preposto da empresa para representá-la perante a Administração.

4.9. A Contratada deverá utilizar sempre a melhor técnica na execução dos serviços contratados, utilizando pessoal qualificado, previamente treinado e habilitado, supervisionando os serviços, bem como comprometendo-se a refazer todo e qualquer serviço que não corresponda aos padrões aceitáveis da Contratante.

4.10. Recomenda-se o emprego de profissionais residentes próximos à localidade dos serviços, no entanto, caso a licitante opte por trazer profissionais de outras localidades, deverá atentar-se para o fato de que todas as despesas com deslocamentos e/ou hospedagens deverão estar abrangidas por sua proposta.

4.11. Durante a execução dos serviços, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.12. Durante a execução dos serviços, a Contratada, os empregados da mesma ou representantes deverão estar devidamente treinados, uniformizados, bem como portando crachá de identificação.

4.13. A Contratada cumprirá as determinações da Contratante, quanto às regras de segurança, critérios de prioridade e procedimentos a serem seguidos, atuando com diligência e zelo, buscando sempre o bom andamento dos serviços prestados.

SUBCONTRATAÇÃO

4.14. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.15.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deve apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.16.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.16.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.16.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.17. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.18. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.19. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.19.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.20. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.20.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.20.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

4.20.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.21. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.22. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.23. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.24. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.25. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.25.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.25.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

4.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.26.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.26.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.28. A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.29. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.30. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

VISTORIA

4.31. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00h e das 14:00h às 18:00 horas, com agendamento prévio pelo e-mail **aip.pa@prf.gov.br**.

4.32. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.33. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deve estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.34. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deve prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.35. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

COMUNICAÇÃO

4.36. Ficam estabelecidos como mecanismos de comunicação entre o órgão e a prestadora de serviços todos aqueles admitidos em direito, em especial, o ofício, o correio eletrônico e as mensagens por *WhatsApp* e/ou *Telegram.*

4.36.1. Na reunião inicial do contrato será criado um grupo com todos os envolvidos (fiscalização e gestão da Contratante, representante e responsável(is) técnico(s) da Contratada).

4.36.2. O controle de privacidade do aplicativo do representante da Contratada deverá mostrar sempre os horários de recebimento e visualização das mensagens, sendo a data e hora da visualização da mensagem aceita como data e hora da notificação/ciência de toda e qualquer mensagem enviada no grupo ou em mensagem privada.

4.37. A Contratada deverá responder a todas as solicitações, notificações, esclarecimentos ou quaisquer outras comunicações enviadas pelo Fiscal ou Gestor do contrato **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis** a contar da data do envio da comunicação (exclusive).

4.38. As comunicações enviadas pela Contratada ao Fiscal ou Gestor do contrato também deverão ser respondidas **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis** a contar da data do envio da comunicação (exclusive).

4.39. A Contratada deverá manter atualizados os dados de contato, incluindo endereço de e-mail e número de telefone, para facilitar a comunicação com o Fiscal e Gestor do Contrato.

4.40. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nesta cláusula poderá resultar em sanções administrativas conforme previsto no contrato e na legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, advertências, multas e rescisão contratual.

4.41. Em caso de descumprimento reiterado dos prazos, a Contratada poderá ser considerada inadimplente, o que poderá acarretar penalidades mais severas, incluindo a suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.

4.42. Em situações excepcionais, devidamente justificadas, a Contratada poderá solicitar a extensão dos prazos estabelecidos nesta cláusula, devendo apresentar a justificativa por escrito ao Fiscal ou Gestor do Contrato no prazo de até 1 (um) dia útil antes do término do prazo original.

4.43. O Fiscal ou Gestor do contrato analisará a justificativa apresentada e, se entender cabível, poderá conceder a extensão solicitada, estabelecendo um novo prazo para resposta.

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.44. Para a presente contratação a participação de consórcios é vedada, conforme justificativas a seguir:

4.44.1. No caso da execução do objeto desta contratação, a complexidade técnica não exige a atuação conjunta de empresas especializadas em diferentes áreas, pois se trata de um serviço unificado e não divisível. Isso pode ser um indicativo de que empresas individualmente são plenamente capazes de executar o objeto de forma eficiente.

4.44.2. Assim, a vedação a consórcios simplifica a gestão do contrato, eliminando a necessidade de coordenação entre membros do consórcio e as eventuais dificuldades no estabelecimento de responsabilidade solidária entre eles. Isso é especialmente relevante em serviços que demandam suporte técnico proativo e alta disponibilidade, onde atrasos ou conflitos entre consorciados podem impactar negativamente o desempenho.

4.44.3. Em uma análise de mercado, conforme pesquisa de mercado efetuada, há indicativo de que há fornecedores individuais qualificados e em número suficiente para garantir a competitividade da contratação, tornando desnecessária a formação de consórcios para viabilizar a participação.

4.44.4. Ademais, por ocasião do disposto no Acórdão nº 2831/2012-Plenário TCU, justifica-se, dentro do âmbito da discricionariedade administrativa e das características do serviço em tela, a vedação à participação de consórcios na presente licitação, devido à alta complexidade que a aceitação envolveria, à morosidade do processo decorrente de eventual aceitação, à dificuldade de gestão e fiscalização da execução do serviço, e o risco à competitividade, uma vez que várias empresas que poderiam competir entre si podem formar um grande consórcio e restringir a ampla competitividade necessária à licitação.

4.44.5. Nesse sentido a lição de Marçal Justen Filho:

> Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Na tentativa de reduzir a dominação de mercado e assegurar a livre concorrência, o Estado prefere evitar a formação de consórcios. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios reduz o universo da disputa. O consórcio significa que eventuais interessados, ao invés de estabelecerem disputa entre si, formalizam acordo que elimina a competição. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.13.ed.São Paulo: Dialética.2009.p.476-477).

4.44.6. Por fim, não se caracteriza, também, como conveniente e oportuna a participação de consórcios no tipo de serviço em questão, por se tratar de projeto de pequeno/médio porte e valor, demandando tempo e complexidade além da necessária ao alcance do objetivo da Administração.

4.44.7. Nesse sentido, Marçal Justen Filho:

> O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados pra a execução do objeto. (JUSTEN FILHO, Marçal.Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.14. ed.São Paulo: Dialética.2010.p.495-497).

4.45. Assim, justifica-se a vedação ao consórcio como a opção mais oportuna e conveniente à Administração Pública e, consequentemente, ao interesse público, para a presente contratação.

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

4.46. Para a presente contratação a participação de cooperativas é vedada, tendo em vista que o objeto a ser licitado envolve o exercício de atividade que demanda a existência de vínculos de emprego/subordinação desses profissionais com a pessoa jurídica contratada (Art. 5º Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012);

4.47. Por fim, para a contratação objeto da presente licitação, há a necessidade técnica de subordinação entre os colaboradores que atuarão na execução dos serviços e a Contratada, e segundo a Súmula 281 do TCU, é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: data inicial indicada na Ordem de Serviço a ser emitida pela fiscalização técnica do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme disposto no item 3 "Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto" deste Termo de Referência.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: conforme disposto em planilha orçamentária.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Júlio César, nº 7060, Val-de-Cães, Belém/PA, CEP 66617-420.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda à sexta-feira, das 08:00h as 12:00h e das 14:00h às 18:00, e aos sábados, das 08:00h às 12:00h.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas descritas no item 3 "Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto" deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na legislação e nas normas técnicas cabíveis, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A solução pretende viabilizar a construção de um totem de identificação das instalações da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) no prédio do CENSIPAM, visto a edificação abrigar outros órgãos federais, decorrente da falta de recursos humanos no Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) no que diz respeito à execução de obras.

5.6.2. A execução dos serviços precede da análise dos seguintes documentos:

5.6.2.1. Modelo de totem B1 da SPRF-AM: apêndice deste Termo de Referência.

5.6.2.2. Planilha orçamentária estimativa: disponível em https://tinyurl.com/7u5dhe4p.

5.6.2.3. Manual de Identidade Visual da PRF (MIV) - Versão 7 - Capítulo 5: Edificações: apêndice deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1. "*as built*", elaborado pelo responsável por sua execução;

5.8.2. entrega do manual de operação, uso e manutenção da estrutura, de acordo com a ABNT NBR 5674:2024.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução dos serviços de campo.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.02.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **anexo II** deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Indicador de obrigações contratuais;

7.4.2. Indicador de materiais/equipamentos empregados;

7.4.3. Indicador de prazo de atendimento da demanda;

7.4.4. Indicador de sustentabilidade;

7.4.5. Indicador de garantia (retorno e retrabalho).

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico e financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico e financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período descrito no item 7.2 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;
II) a data da emissão;
III) os dados do contrato e do órgão contratante;
IV) o período respectivo de execução do contrato;
V) o valor a pagar; e
VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo

prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice TR de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

> **7.36.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.38. Na presente contratação, não é permitido a antecipação de pagamento.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no **SINAPI/PA de maio de 2025, SEDOP/PA de fevereiro de 2025 e CREA/PA (valor da ART em 2025)** com **data de referência: 26/06/2025.**

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e /ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais)*****, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

*****R$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), de acordo com o DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.4.2. custos unitários relevantes:

9.4.2.1. TOTEM EM ACM COM ACRÍLICO E ILUMINAÇÃO EM LED NA MEDIDA 200X80 CM (ESTRUTURA INTERNA EM METALON) - COTAÇÃO**;**

9.4.2.2. MONTADOR DE ESTRUTURAS METALICAS HORISTA - SINAPI - 00044497;

9.4.2.3. AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA) - SINAPI - 00000242;

9.4.2.4. ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) - SINAPI - 00037370;

9.4.2.5. ACO CA-50, 10,0 MM, OU 12,5 MM, OU 16,0 MM, OU 20,0 MM, DOBRADO E CORTADO - SINAPI - 00043058;

9.4.2.6. CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2 - SINAPI - 00000981;

9.4.2.7. ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA) - SINAPI - 00002696;

9.4.2.8. ELETRICISTA (HORISTA) - SINAPI - 00002436.

Modelos e Declarações (anexos ao Termo de Referência)

9.5. A participação no certame obrigará a licitante a apresentar a seguinte documentação assinada pelo(s) responsável(is) na fase de **julgamento das propostas**:

9.5.1. CHECKLIST - Julgamento das propostas;

9.5.2. Proposta comercial;

9.5.3. Planilha de composição do BDI;

9.5.4. Planilha de encargos sociais;

9.5.5. Declaração de vistoria ou renúncia;

9.5.6. Declaração de indicação de equipe técnica;

9.5.7. Declaração de disponibilidade futura de pessoal e equipamento;

9.5.8. Declaração de não utilização de softwares inadequados para uso comercial; e

9.5.9. Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço (termo de ciência e concordância).

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br /empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo** de **10%** (dez por cento) do **valor total estimado da contratação**.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), em plena validade.

9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. contrato(s) que comprove(m) a conclusão de serviço(s) de construção de estrutura metálica em ACM (ou similar):

a) Item 1: 1 unidade de serviço concluído de estrutura metálica em ACM (ou similar).

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.36. Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.36.1. Para o cargo de **arquiteto** ou **engenheiro civil** ou **engenheiro mecânico** ou **técnico em edificações** ou **técnico em construção civil**, serviços de de construção de estrutura metálica em ACM (ou similar):

a) Item 1: 1 unidade de serviço concluído de estrutura metálica em ACM (ou similar).

9.36.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.37. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R$ 9.121,57** (nove mil cento e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária, apêndice deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: UASG 200111 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PA;

II) Fonte de recursos: 1020/3020;

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

ALINE MAGALHÃES **CABRAL**

Policial Rodoviário Federal

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação

PORTARIA SPRF-PA/PRF nº 118/2025 (SEI nº 65242866)

DELANO GONÇALVES DE **BARROS**

Policial Rodoviário Federal

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

PORTARIA SPRF-PA/PRF nº 118/2025 (SEI nº 65242866)

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de cinco dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato constante neste **anexo I**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

3.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

4.3. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.5. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.6. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.8. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.9. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.10. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.12. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.13. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.14. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.15. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.20. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

> **4.20.1.** Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

4.21. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.22. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.23. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.25. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.28. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.30. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.33. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

4.33.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.33.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.33.3. florestas plantadas; e

4.33.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.34. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.34.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.34.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.34.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.34.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.35. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI /MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.36. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.37. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.37.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.37.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.37.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.37.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.38. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.39. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.41. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.45. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à

execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

4.45.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

4.46. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.4. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

6.5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.6. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.7. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.7.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.7.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.7.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3. Indenizações e multas.

6.9. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.10. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta,

ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Pará, Seção Judiciária de Belém para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ALINE MAGALHAES CABRAL

Integrante Requisitante

Assinou eletronicamente em 23/07/2025 às 11:11:53.

DELANO GONCALVES DE BARROS

Integrante Técnico

Assinou eletronicamente em 23/07/2025 às 11:01:45.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Modelo de totem.jpeg (288.44 KB)
- Anexo II - MIV 7.0 - Edificacoes.pdf (17.83 MB)
- Anexo III - SEI_PRF - 66394527 - Planilha Orcamentaria.pdf (134.98 KB)
- Anexo IV - SEI_PRF - 66395560 - Nota Tecnica.pdf (224.23 KB)
- Anexo V - SEI_PRF - 64394078 - Planilha BDI.pdf (260.99 KB)


POLÍCIA
RODOVIÁRIA
FEDERAL
PRF
SUPERINTENDÊNCIA
DA POLÍCIA
RODOVIÁRIA FEDERAL
NO AMAZONAS
Estacionamento
Administração
Atendimento
VISITANTE

MIV 7.0

Manual de Identidade Visual 2024

Atualizado em 22/11/2024


POLÍCIA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro
de 1889
RODOVIÁRIA
FEDERAL

Advertência

Todos os Direitos Reservados – Copyright © Proibida a cópia e/ou a reprodução deste Manual sem a prévia autorização da Polícia Rodoviária Federal.

Lei nº 9279/96:

Art. 191. Reproduzir ou imitar, de modo que possa induzir em erro ou confusão, armas, brasões ou distintivos oficiais nacionais, sem a necessária autorização, no todo ou em parte, em marca, título de estabelecimento, nome comercial, insigna ou sinal de propaganda , ou usar essas reproduções ou imitações com fins econômicos.
Pena - Detenção de 1 a 3 meses

Lei nº 9.983/00:

Art. 296. Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:
Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.
§ 1º Incorre nas mesmas penas:
III - quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública.
§ 2º Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

Apresentação

O Manual de Identidade Visual da Polícia Rodoviária Federal tem por objetivo disciplinar os elementos de comunicação visual que identificam a instituição, estabelecendo seu padrão de utilização, a fim de preservar a coerência dos signos institucionais e fortalecer a imagem da PRF.

Além da padronização de linhas, cores, formas e proporções, o presente Manual cumpre a finalidade de apresentar a filosofia da PRF a partir dos símbolos que a expressam. A linguagem simbólica, aplicada a edificações, viaturas, uniforme, material midiático e qualquer outro canal de comunicação visual, tem por propósito a consolidação da excelência institucional através da marca e da valorização da tradição institucional.

Este material foi construído a partir de um extenso estudo, que englobou a história da Polícia Rodoviária Federal, seu contexto atual e sua visão de futuro, mesclando-os com os elementos técnicos da comunicação visual. Todo esse trabalho estruturou-se na certeza de que seu uso promove, à imagem institucional, integridade e fidelidade aos valores assumidos pela PRF. Nesse sentido, a identidade visual somente ganhará a força almejada com o fiel atendimento às normas aqui estabelecidas.

Expediente

Presidente da República
Luis Inácio Lula da Silva

Ministro da Justiça e Segurança Pública
Enrique Ricardo Lewandowski

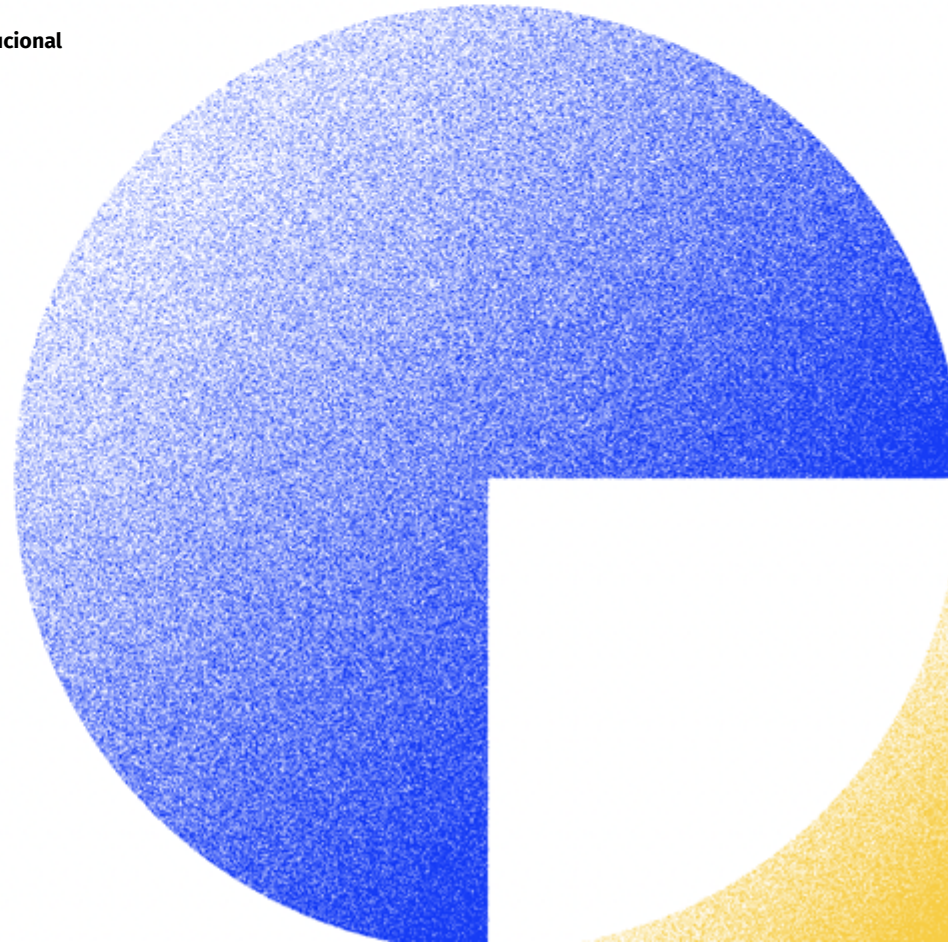
Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal
Antônio Fernando Oliveira

Diretor Executivo da Polícia Rodoviária Federal
Alberto Raposo Neto

Coordenador de Comunicação Institucional
Mateus Lourenço de Paula

PROJETO IDENTIDADE INSTITUCIONAL
Equipe
André Kleinowski Pereira
Fabiano Junior Coelho Moreno
Fábio Saade Santos Barros
Roberto Ferreira Barbosa
Vanessa da Silva Viana

Diagramação e Layout
Fábio Henrique Silva Jardim
Fábio Saade Santos Barros
Guza Rezê de Aquino Silva



“Nesta sociedade em constante mudança, as marcas mais poderosas e duradouras são construídas a partir do coração. Elas são reais e sustentáveis. Seus fundamentos são mais fortes porque são construídos com a força do espírito humano e não com campanhas publicitárias. As marcas duradouras são aquelas que são autênticas”.

Howard Schultz

Missão

Proteger a vida, promovendo segurança pública com cidadania nas rodovias federais e áreas de interesse da União.

Visão

Ser reconhecida por sua excelência no trabalho policial e na proteção à vida, aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Valores

Profissionalismo
Cordialidade
Integridade
Excelência
Transparência
Respeito aos Direitos Humanos
Responsabilidade Socioambiental



Sumário



***Clique** no número do capítulo para ser direcionado até ele.*



*Ao encontrar este ícone, **clique no local** para baixar o arquivo.*

01

SÍMBOLOS NACIONAIS

Legislação 11
Bandeira Nacional 18
Armas Nacionais 23

02

SÍMBOLOS INSTITUCIONAIS

Legislação 25
Emblema PRF 27
Logotipo PRF 38
Assinatura Emblema + Logotipo 46
Bandeira PRF 51
Hino da PRF 54
Assinatura 191 55
Siglas internas 62
Faixa Seccionada 69
Assinatura conjunta com o Governo Federal 71
Tipografia auxiliar 74

03

OUTROS SÍMBOLOS

Bandeira do Mercosul 76

04

FROTA

Frota 82
Especificações de frota 83
Sedã 87
Camioneta SUV 94
Caminhonete 101
Ambulância 108
Furgão/Van 115
Caminhão 122
Cavalo-trator 128
Semirreboque 133
Ônibus 138
Ônibus Multimissão 144
Harley Davidson 151
Honda NC 700 157
Retroescavatdeira 160
Identificação de viaturas adquiridas por convênio ou doadas por parceiros institucionais 161
Identificação de viaturas confiscadas do narcotráfico 162
Identificação de viaturas para treinamento 163
Veículos do COE 167
Veícilo Blindado Pesado 171
Helicoptero Koala 177
Helicoptero Bel 407 179
Helicoptero Bel 412 181
Avião Gran Caravan 183

Sumário



***Clique** no número do capítulo para ser direcionado até ele.*



*Ao encontrar este ícone, **clique no local** para baixar o arquivo.*

05

EDIFICAÇÕES

Especificações Gerais 188
Padrão Cromático 189
Tintas 190
Emblemas, brasões e logotipos 191
Muros 192
Sinalização Interna 197
Mastros e Bandeiras 215
UOPs e Delegacias 219
Superintendências 239

06

PAPELARIA

Cartão de Visita 253
Pasta 254
Envelopes Postais 255
Envelopes não postais 256
Papel timbrado 257
Convites 258
Diploma e Certificado 259
Referência Elogiosa e Elogio 260
Portaria 261
Pasta 262
Moeda Institucional 263
Slides 264
Banner Backdrop 265
Banner 266
Sacola 267
Crachás PRF 268
Crachá Veicular 271

07

UNIFORMES

Uniformes 273
Uniformes Operacionais 274
Uniforme Esportivo 276
Uniforme Instrucional 277
Máscara de proteção 278

08

UNIPRF

Assinatura vertical 280
Assinatura horizontal 281
Grid 282
Área de proteção 283
Redução máxima 284
Assinatura conjunta com Emblema 285
Padrão cromático 287
Tipografia Auxiliar 288
Usos Proibidos 289
Padrão sobre fundos fotográficos 290
Crachá Aluno 291
Slide Ensino 292

05

Edificações

Especificações Gerais

As Edificações da PRF são elementos com grande representatividade no que se refere à identidade institucional da Polícia Rodoviária Federal. Dessa forma, a padronização da aparência predial é fundamental para a coerência da imagem e para a fácil identificação da instituição pela sociedade.

Destaca-se que as edificações não possuem estruturas padrão, ao contrário dos outros itens deste caderno. Com o intuito de englobar a maioria das estruturas existentes, serão especificados o maior número de símbolos e elementos estéticos para serem utilizados de acordo com a realidade de cada unidade, preservados os elementos essenciais de composição OBRIGATÓRIA.

As informações trazidas neste Manual abordam a correta caracterização das unidades operacionais, delegacias, superintendências e distritos. Casos específicos em que existirem dificuldades de adequação deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Identidade Institucional para estudo, análise e solução.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Padrão Cromático

Para execução das diretrizes deste Manual com relação ao uso correto das cores institucionais, além de facilitar seu emprego pela área de infraestrutura, a paleta de cores da marca de tintas Coral foi utilizada como referência para as edificações. Por meio dessa referência é possível replicar as cores indicadas com a utilização de outras marcas como Suvinil, Sherwin-Williams, Renner, Veloz, Verbras.

O Agente de Infraestrutura Predial (AIP) é responsável pela fiscalização da aplicação correta das cores institucionais nas edificações. Na ausência desse, a incumbência passa ao fiscal de contrato das respectivas obras.

ATENÇÃO

Para dirimir problemas de tonalidade de cor em que a aplicação da paleta CORAL se torne inviável, prevalecerá o uso do padrão internacional de cores previsto na alínea "b" desta seção.

a. Códigos de cores da paleta CORAL	b. Padrões internacionais de cores
Azul-marinho VIBRANTE 50BB 08/171	CMYK: C=100 M= 85 Y= 0 K= 65 RGB Genérico: R=00 G=13 B=75 HSB: H= 230° S= 100% B=29% L*a*b*: L=6 a=16 b=-41 Pantone: 19-4027 TPX Hex Triplet: #000D4B
SOL ESPLÊNDIDO 37YY 61/877	CMYK: C=0 M=20 Y=100 K=0 RGB: R=255 G=201 B=0 HSB: H= 47° S= 100% B=100% L*a*b*: L=84 a=9 b=83 Pantone: 14-0852 TPX Hex Triplet: #FFC900
BRANCO OU GELO 001 ou 002	CMYK: C=0 M=0 Y=0 K=0 RGB: R=255 G=255 B=255 HSB: H= 0° S= 0% B=100% L*a*b*: L=100 a=0 b=-0 Hex Triplet: #FFFFFF

Tintas

EM AMBIENTES EXTERNOS das unidades operacionais, delegacias, superintendências e distritos: deve ser usada a TINTA ACRÍLICA com acabamento FOSCO.

EM AMBIENTES INTERNOS: deve-se usar a TINTA ACRÍLICA BRILHO ou SEMI-BRILHO.

PARA PARTES METÁLICAS: TINTA ESMALTE SINTÉTICO.

O revestimento externo também poderá ser feito por meio de pastilhas, as quais deverão manter o padrão cromático PRF, com a maior verossimilhança possível. Destaca-se que o rejunte deverá ser da mesma tonalidade da pastilha escolhida.

Emblemas, brasões e logotipos

Todos os elementos destacados neste tópico devem ser obrigatoriamente produzidos por meios digitais. Essa determinação visa garantir que as proporções e cores originais sejam fielmente reproduzidas, corroborando para a seriedade e força da identidade institucional.

Em relação aos materiais utilizados para a produção, os emblemas, brasões e logotipos deverão ser reproduzidos em adesivos (impressão digital, recorte vinílico) ou em letra-caixa (chapa galvanizada com pintura automotiva ou alumínio ACM na cor correspondente) com adesivos impressos colados no topo. Tanto o adesivo autocolante quanto as letras-caixa deverão ser aplicados em superfícies lisas - preferencialmente em platibandas - com acabamento em verniz para aumentar a durabilidade dos substratos impressos e proteger contra ação dos raios ultravioletas.

Não sendo possível a reprodução em meio digital de emblemas, brasões e logotipos, permite-se, nas edificações, a pintura Manual em caráter de exceção, desde que balizada por molde em recorte digital. Para o logotipo PRF, há, ainda, a possibilidade de aplicação em *stencil**

**stencil*

Um *stencil* é uma técnica usada para aplicar um desenho ou ilustração que pode representar um número, letra, símbolo tipográfico ou qualquer outra forma ou imagem figurativa ou abstrata, através da aplicação de tinta, aerossol ou não, através do corte ou perfuração em papel ou acetato. Resultando em uma prancha com o preenchimento do desenho vazado por onde passará a tinta. O *stencil* obtido é usado para imprimir imagens sobre inúmeras superfícies, do cimento ao tecido de uma roupa.

PRF em *stencil*

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Muros

Os muros das edificações PRF serão pintados na cor CINZA PEDRA 20YY 57/060 (Coral) quando forem independentes da estrutura da edificação e contíguos a essa. Caso o muro seja a própria parede estruturante de um compartimento da área interna, essa seguirá a cor da estrutura em questão. Em ambos os casos haverá inserção do Logotipo PRF, respeitando as regras de aplicação e uso capituladas neste regulamento.

O Logotipo PRF deverá ter altura proporcional equivalente a **15% da altura do muro** em que será aplicado, de modo a garantir sua legibilidade e força. Deverá ser pintado com tinta acrílica fosca em Azul PRF e desenhado nos muros OBRIGATORIAMENTE em molde digital ou *stencil*, a fim de preservar a integridade do símbolo.

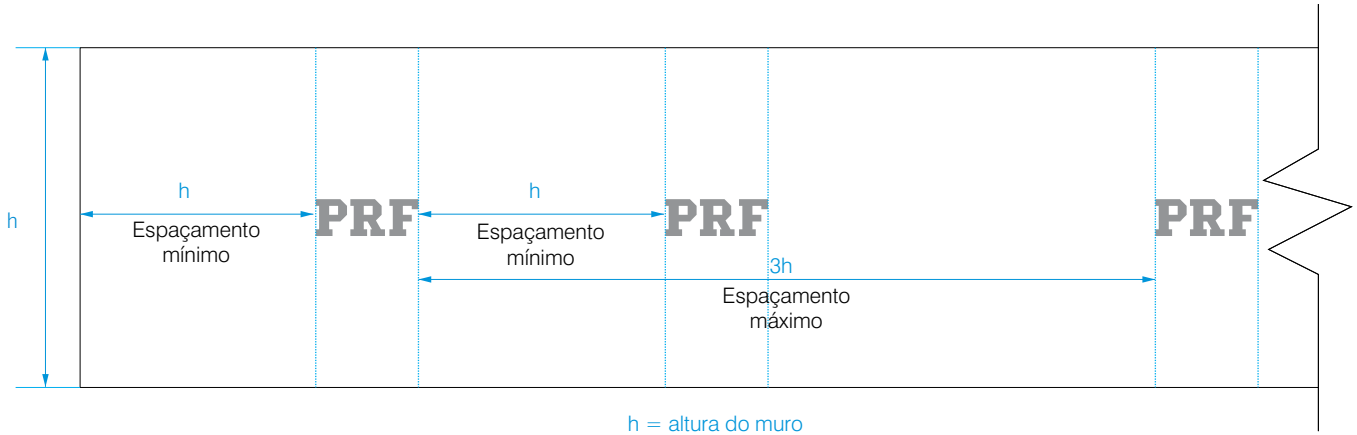
a. Códigos de cores da paleta CORAL



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Muros

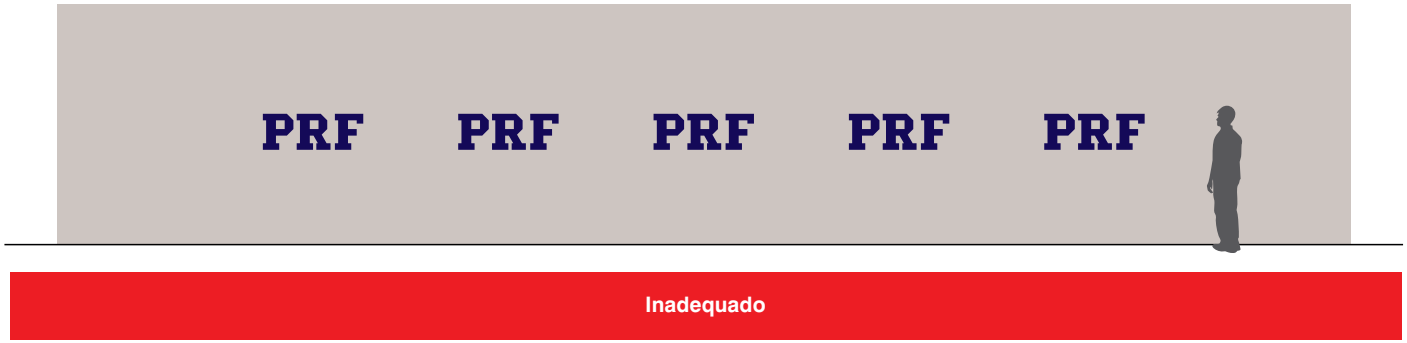
Os muros poderão ser classificados em contínuos (paredão homogêneo livre de pilares aparentes) e não contínuos (paredão com elementos estruturantes visíveis, contrastando com a superfície plana do muro). Em qualquer das hipóteses, no que tange à inserção do Logotipo PRF, deverá ser respeitado o espaçamento mínimo e máximo estabelecidos a partir da altura do muro, conforme ilustração esquemática ao lado:



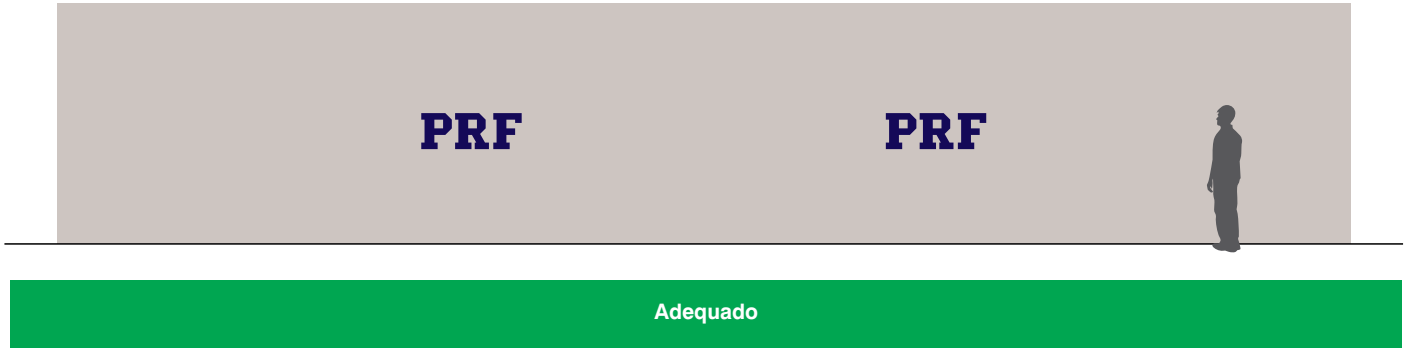
⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Muros

NOS MUROS CONTÍNUOS: os Logotipos PRF deverão estar equidistantes entre si e das bordas dos muros, distribuídos de forma harmônica e centralizados verticalmente, sempre respeitando os limites mínimo e máximo ilustrados na figura ao lado.



Logotipos aplicados em distância inferior à mínima



Logotipos equidistantes respeitando a distância mínima e máxima

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

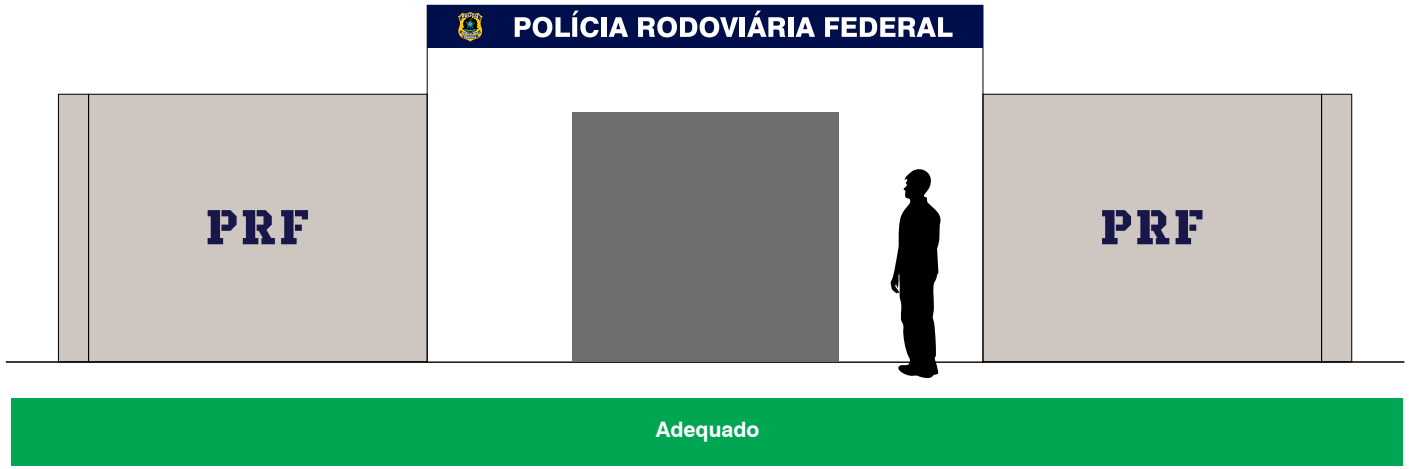
Muros

NOS MUROS NÃO CONTÍNUOS: cada seção dividida pelos pilares deverá ser tratada como se fosse um muro contínuo para evitar a inserção de logotipo em cima dos pilares. Caso a distância entre pilares seja inferior a 2x (duas vezes) o espaçamento mínimo, desconsiderar-se-á o espaçamento mínimo, sendo o Logotipo PRF centralizado horizontal e verticalmente na área disponível neste espaço.

A quantidade de logotipos deverá ser harmônica. Caso existam muitos pilares no muro, é permitido intervalar a inserção do Logotipo, de forma a evitar sua saturação.



Logotipos em quantidade harmônica, intervalando a inserção para evitar saturação.



Logotipos centralizados horizontal e verticalmente em muro não contínuo

Muros



Logotipos equidistantes em muro não contínuo



Logotipos pintados nos pilares dificultam a sua legilidade

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

A. Placa Indicativa:

Placa indicativa de ambiente.

DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS: A placa indicativa é composta pela Assinatura horizontal, o Emblema e o Logotipo PRF, além do nome da sala correspondente e subtexto (opcional).

TIPOLOGIA: A tipologia utilizada para o nome da sala é a Fira Sans Light, Tamanho: 60pt, justificada à direita e subtexto opcional em Fira Sans Regular, tamanho: 25pt, ambos justificados à direita, respeitada a margem de 10mm da borda da placa.

MATERIAL: Alumínio ACM na cor cinza.

FIXAÇÃO: Parafusos ou fita dupla-face de alta performance.

ADESIVOS: Aplicação de adesivos vinílicos recortados na cor azul PRF. Acabamento em verniz para evitar remoção do adesivo e aumentar a vida útil da placa.

ATENÇÃO

Para cargos com função gratificada ou DAS, o nome da sala poderá ser substituído pelo nome do servidor ocupante do cargo e o subtexto pelo seu respectivo cargo.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

A. Placa Indicativa:

a. Especificação Técnica

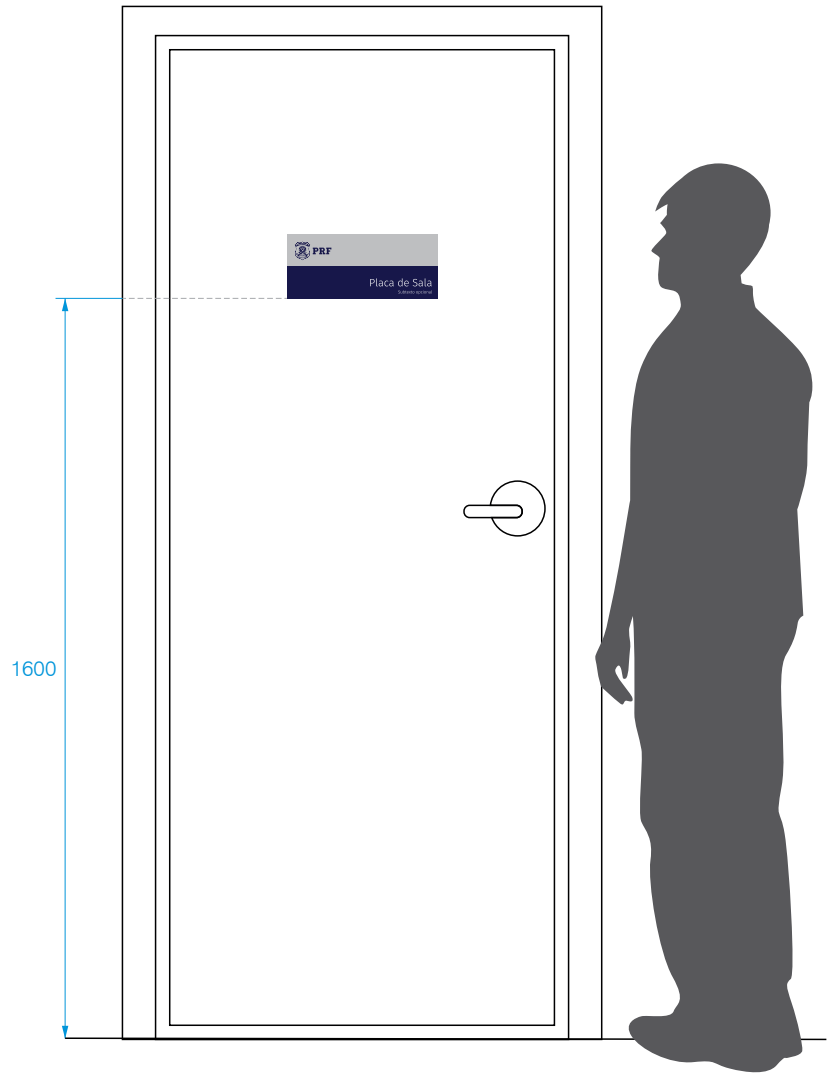


⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

A. Placa Indicativa:

b. Altura da placa em relação ao solo



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

B. Totem Indicativo de Direção:

Sinalização de orientação para o usuário que precisa escolher entre vários caminhos. Esse mobiliário de comunicação visual ajudará o usuário a encontrar seu destino com maior facilidade e no menor tempo possível.

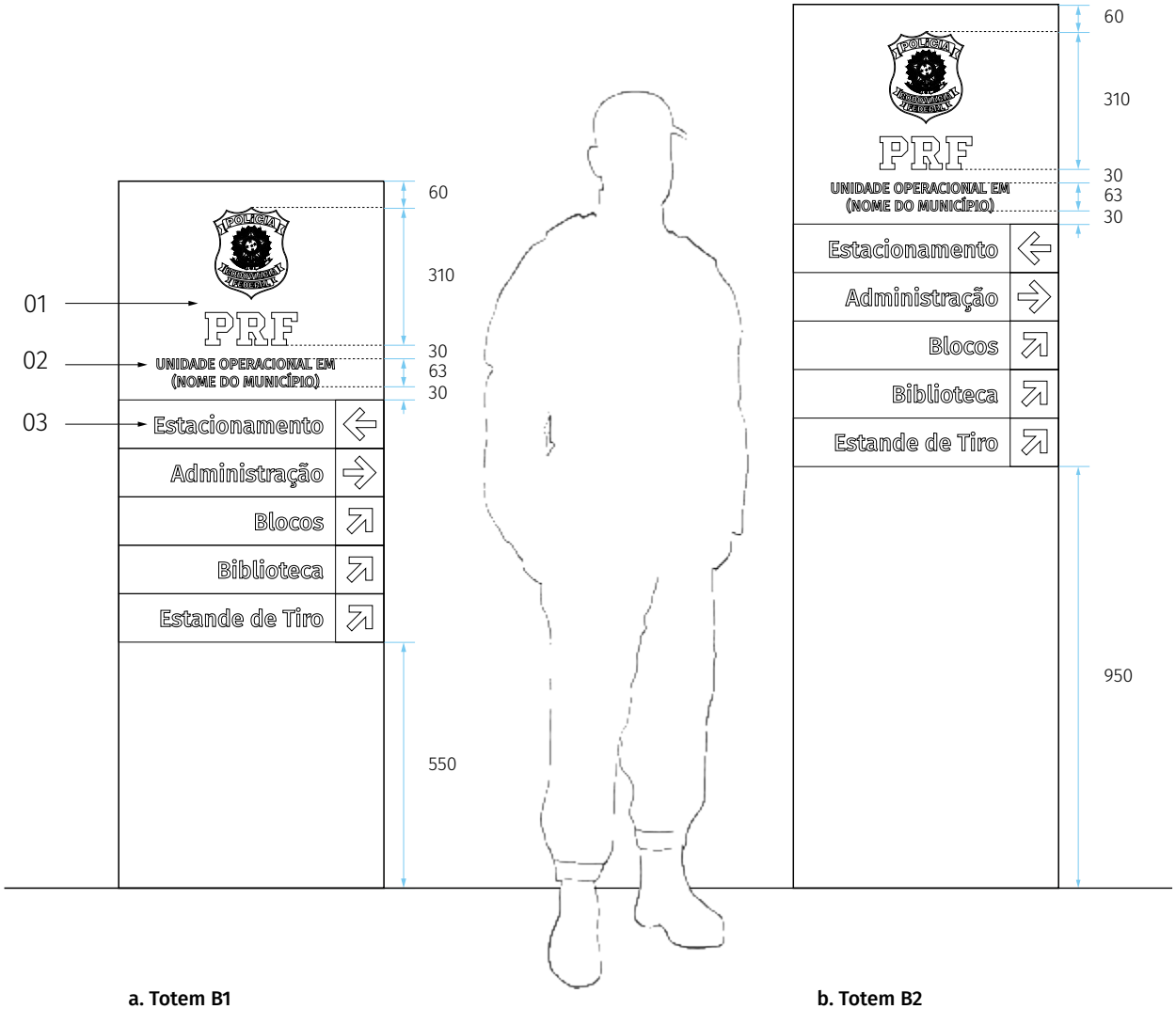
Estes totens podem ser utilizados em unidades operacionais, delegacias, superintendências e distritos, preferencialmente nas áreas externas.

DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS:

Estes totens são compostos pelos itens:
01 - Assinatura Emblema e Logotipo PRF;
02 - Identificação da Unidade: UNIDADE OPERACIONAL EM/NO (NOME DO MUNICÍPIO);
DELEGACIA EM/NO (NOME DO MUNICÍ-PIO)
SUPERINTENDÊNCIA EM/NO (NOME DO ESTADO);
03 - Nomes dos ambientes e setas direcionais

ATENÇÃO

A escolha pelo modelo do totem B1 ou B2 é opcional, ficando à critério da regional, respeitando sua disponibilidade orçamentária.



a. Totem B1

b. Totem B2

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

B. Totem Indicativo de Direção:

MATERIAL: Estrutura interna em aço, módulos externos em alumínio ACM nas cores institucionais, com aplicação do Emblema PRF (01) em letra caixa com **15mm de profundidade** com pintura eletrostática em amarelo PRF, aplicação de adesivo com impressão digital e verniz e Logotipo PRF (02) em letra caixa com 15mm de profundidade e pintura eletrostática.

O restante da tipologia deverá ser reproduzido com adesivo vinílico recortado e acabamento com verniz. O conjunto deverá ser devidamente iluminado por holofotes frontais (*front-light*).

FIXAÇÃO: Chumbado no chão sobre base de cimento.

ATENÇÃO

A escolha pelo modelo do totem B1 ou B2 é opcional, ficando à critério da regional, respeitando sua disponibilidade orçamentária.



a. Totem B1

b. Totem B2

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

C. Sinalização das Portas de Vidro:

1. EMBLEMA PRF

A aplicação do Emblema PRF, quando feita em portas de vidro, seguirá as seguintes especificações: Vinil autoadesivo jateado transparente na versão em negativo a uma altura de **160cm do solo** e com as seguintes dimensões.

2. FAIXA DE VINIL JATEADO

Deverão ser aplicadas, a uma **altura de 110cm**, em todas as portas de vidro das unidades da Polícia Rodoviária Federal.

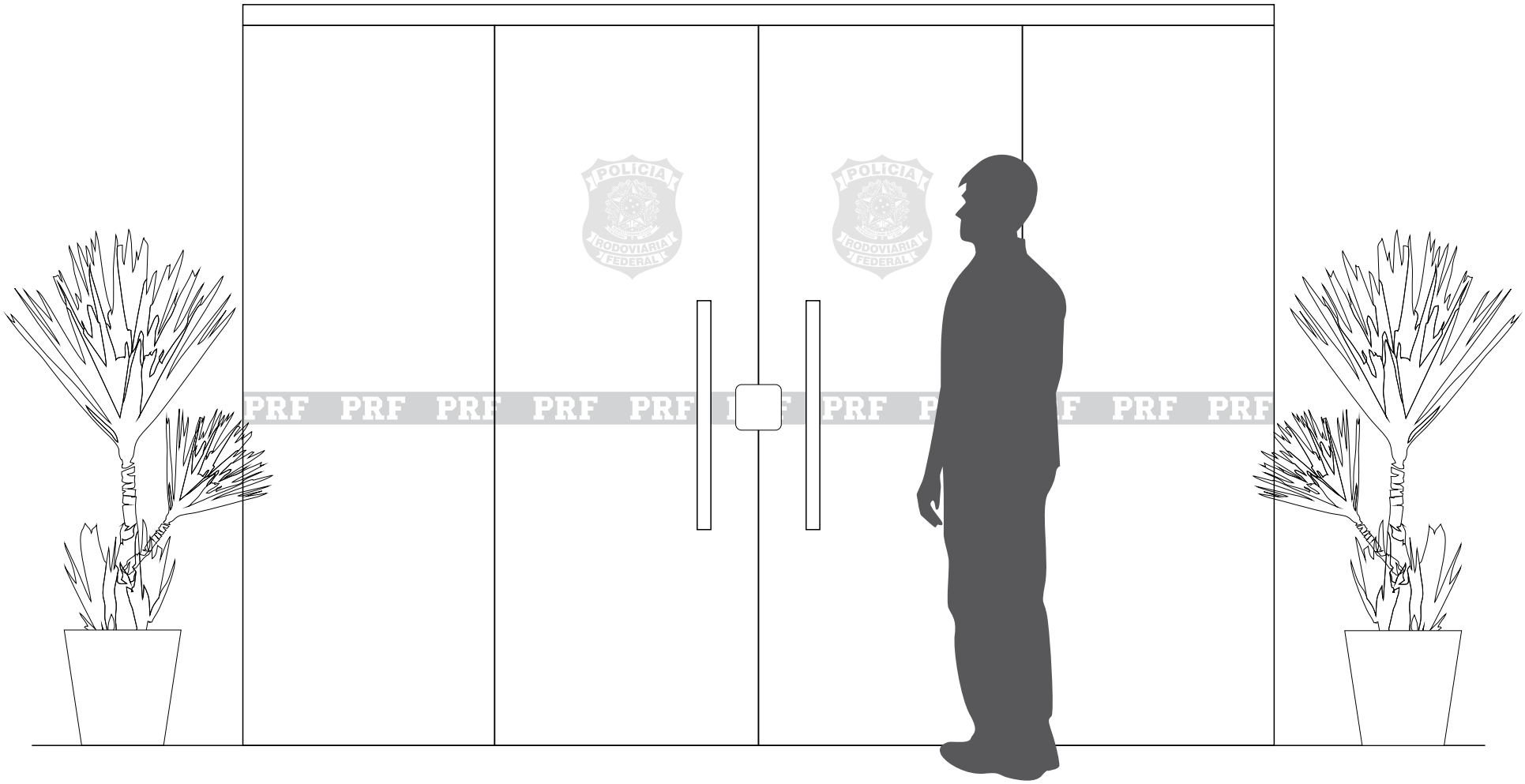
ESPECIFICAÇÕES: Vinil autoadesivo jateado transparente, personalizado com Logotipos PRF vazados **distantes 10cm**.

ATENÇÃO

Quando o Emblema for aplicado em grandes portas de vidro na parte frontal de edifícios, as dimensões do emblema PRF poderão ser ampliadas em 20%.



Sinalização Interna



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

D. Sinalização de emergência

Imprescindível e obrigatória para todo tipo de estabelecimento, seja ele público ou pMIVado, o sistema de sinalização de emergência deve obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial à NBR 13434, à NBR 13435 e à NBR 13437, às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, à NR 26, e às condições estabelecidas neste regulamento.

A principal função da Sinalização de Emergência é reduzir as ocorrências de incêndios nas edificações, alertar sobre os riscos e garantir que sejam adotadas ações adequadas em situações de perigo, além de orientar ações de combate, localização de equipamentos contra incêndio e rotas de fuga/emergência.

Este capítulo não visa restringir ou delimitar a sinalização de emergência e sim exemplificar as placas quanto ao padrão PRF. Caso haja necessidade de colocação de outros pictogramas e/ou placas previstas na norma vigente, elas poderão ser colocadas, respeitando os padrões de cores, tipologias e formas preceituados aqui.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

D. Sinalização de emergência

a. Sinalização Básica

Sinalização essencial para todo tipo de estabelecimento, tem função básica de indicar avisos de proibição, alerta, orientação e salvamento, e de equipamentos.

PROIBIÇÃO: Visa proibir e coibir ações capazes de provocar o início de um incêndio ou seu agravamento. Deve ser instalada em local visível e à **altura mínima de 1,80m**, medida do piso acabado à borda superior da placa de sinalização. Esta sinalização deve ser distribuída em mais de um ponto, com distância de, no máximo, 15m dentro da área de risco, de modo que pelo menos uma das placas seja claramente visível de qualquer posição dentro da área.



Exemplos de Placas de Proibição

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

D. Sinalização de emergência

a. Sinalização Básica:

a.1. Alerta:

Sinalização que visa alertar para áreas e materiais com potencial risco de incêndio ou explosão. Deve ser instalada em local visível e à **altura mínima de 1,80m**, medida do piso acabado à borda superior da placa de sinalização. A mesma sinalização deve ser distribuída em mais de um ponto, com distância de, no máximo, 15m dentro da área de risco, de modo que pelo menos uma das placas seja claramente visível de qualquer posição dentro da área.



Exemplos de Placas de Alerta

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

D. Sinalização de emergência

a. Sinalização Básica:

a.2. Orientação e salvamento:
Sinalização que visa indicar as rotas de saída, as ações necessárias para o seu acesso e o uso correto dos recursos disponíveis em situações de emergência. As principais placas de orientação e salvamento são:

I - SINALIZAÇÃO DE PORTAS DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA: localiza-se imediatamente acima das portas, **no máximo a 10cm da verga**. Na impossibilidade de se fazer dessa forma, deve ser colocada diretamente na folha da porta, a **1,30m**, medido até a parte inferior da faixa.

II - SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DAS ROTAS DE SAÍDA: localiza-se a, **no máximo, 15m de percurso** de qualquer ponto da rota de saída. Deve ser instalada de forma que, na direção de saída de qualquer ponto, seja possível visualizar o ponto seguinte, respeitando o limite de 30m.

III - SINALIZAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DOS PAVIMENTOS: é instalada no interior da caixa de escada de emergência, **à altura de 1,80m**, medida do piso acabado à parte superior da placa, junto da parede e sobre o patamar de acesso de cada pavimento, de forma que seja vista em ambos os sentidos da escada (subida e descida).

Se houver rotas de saída específicas para deficientes físicos, essas deverão ser em escadas contínuas. Além da identificação do pavimento que dá acesso ao exterior do edifício, deve-se inserir, no interior da caixa de escada de emergência, sinalização de porta de saída, com seta indicativa do sentido do fluxo, conforme estabelecido no item “a” acima.



Exemplos de Placas de Orientação e Salvamento

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

D. Sinalização de emergência

a. Sinalização Básica:

a.3. Equipamentos:

Sinalização que visa indicar a localização e os tipos de equipamentos de combate a incêndios e alarmes disponíveis no local. Deve apresentar efeito fotoluminescente. As placas devem exibir o símbolo do equipamento e uma seta indicativa, **não devendo distar mais que 7,50m do equipamento.** Quando o equipamento estiver instalado em um pilar, todas as faces do pilar devem ser sinalizadas. Quando houver situações em que a visualização não seja possível apenas com instalação da placa, deve-se adotar placa adicional.

Exemplos de Placas de Equipamentos



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

D. Sinalização de emergência

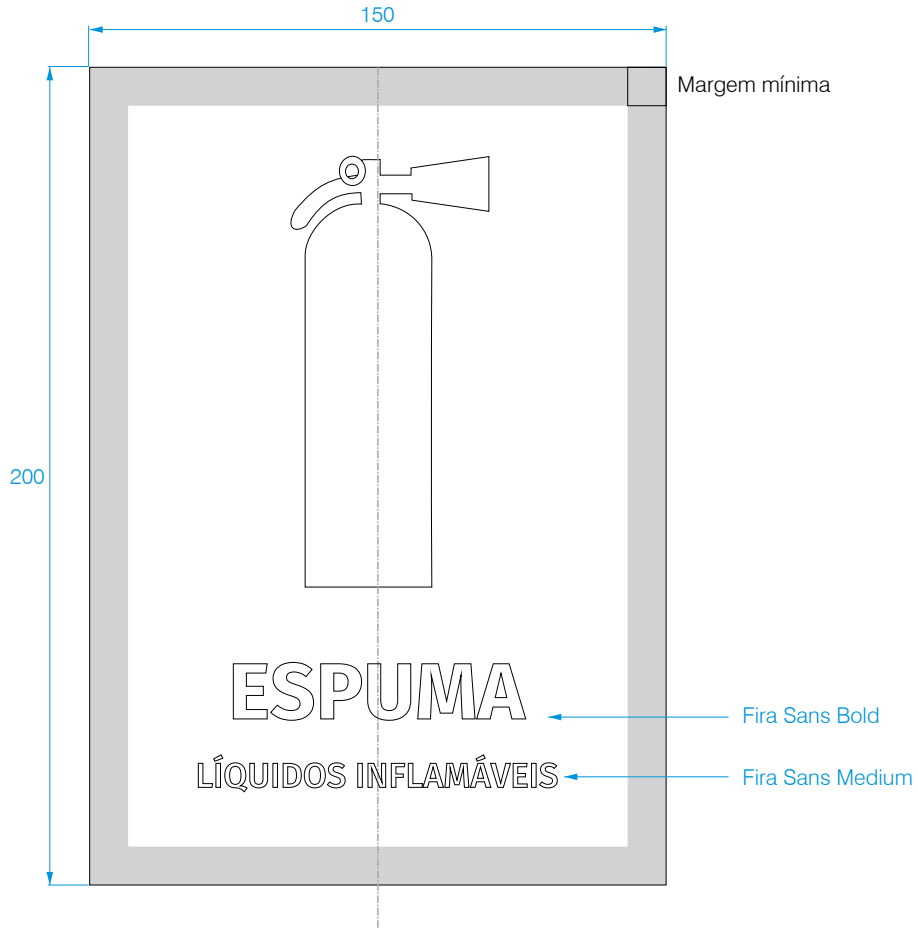
a. Sinalização Básica:

a.3. Equipamentos:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

MATERIAL: Alumínio ACM (conforme cor prevista na tabela acima). Não poderá ser pintado.

FIXAÇÃO: Parafusos ou fita dupla face de alta performance.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

D. Sinalização de emergência

b. Cores de Segurança e Contraste:
Sinalização que visa indicar a localização e os tipos de equipamentos de combate a incêndios e alarmes disponíveis no local. Deve apresentar efeito fotoluminescente. As placas devem exibir o símbolo do equipamento e uma seta indicativa, não devendo distar mais que 7,50m do equipamento. Quando o equipamento estiver instalado em um pilar, todas as faces do pilar devem ser sinalizadas. Quando houver situações em que a visualização não seja possível apenas com instalação da placa, deve-se adotar placa adicional.

Referência	Denominação das cores				
	Vermelha	**Amarela**	**Verde**	**Preta**	**Branca**
Munsell Book of Colors®[1]	5R 4/ 14	5Y 8/12	2.5G ¾	N 1.0/	N 9.5/
Pantone®[2]	485C	108C	350C	419C	-
CMYK[3]	C0 M100 Y91 K0	C0 M9 Y94 K0	C79 M0 Y87 K76	C0 M0 Y0 K100	-
RGB	R255 G0 B23	R255 G255 B0	R0 G61 B0	R0 G0 B0	-

[1] O Padrão de cores básico é o Munsell Book of Colors®
[2] As cores Pantone® foram convertidas do sistema Munsell Book of Collors®
[3] Os valores das tabelas CMYK e RGB para impressão gráfica foram convertidos do sistema Pantone®

Sinalização Interna

E. Sinalização Complementar

A sinalização complementar tem o intuito de reforçar e complementar a sinalização básica, diminuindo os riscos. Indicam rotas de fuga, alertam sobre obstáculos no caminho, sinalizam sistemas hidráulicos fixos (combate a incêndios), o armazenamento de produtos perigosos, entre outros.

MATERIAL: Sistema modular em alumínio estruturado, com réguas removíveis.

TEXTOS E PICTOGRAMAS: Vinil adesivo de cor Azul PRF (CMYK C100 M85 Y0 K65).

FIXAÇÃO: Fita dupla face de alta performance.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

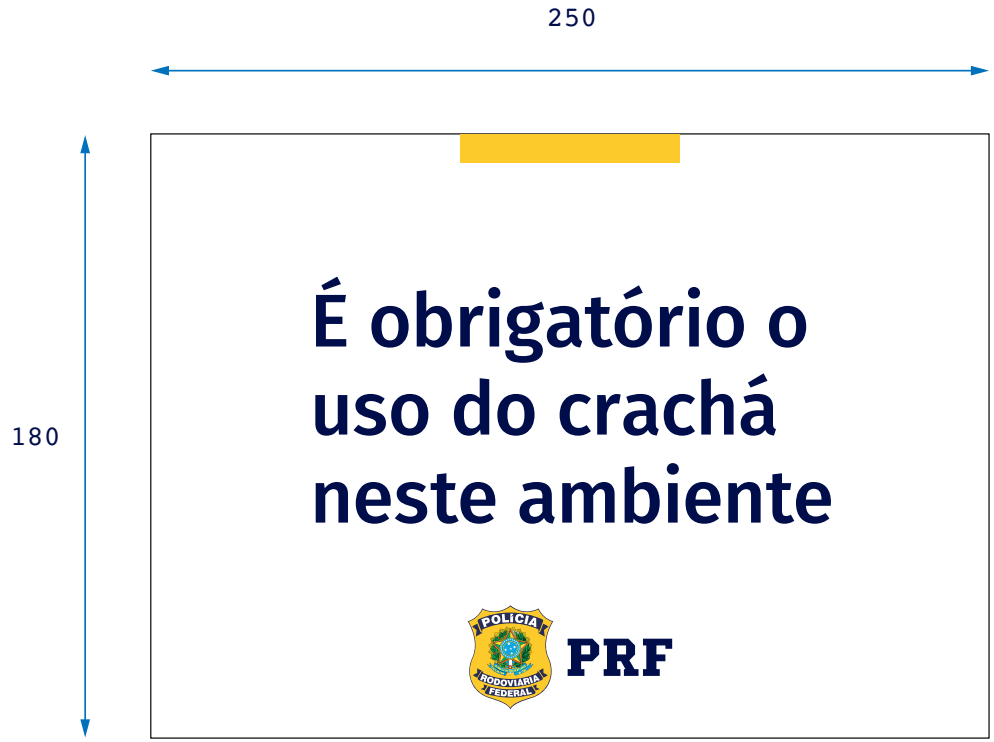
Sinalização Interna

F. Placa de avisos internos (genérica)

MATERIAL: PVC 2mm.

IMPRESSÃO: Digital no PVC em policromia.

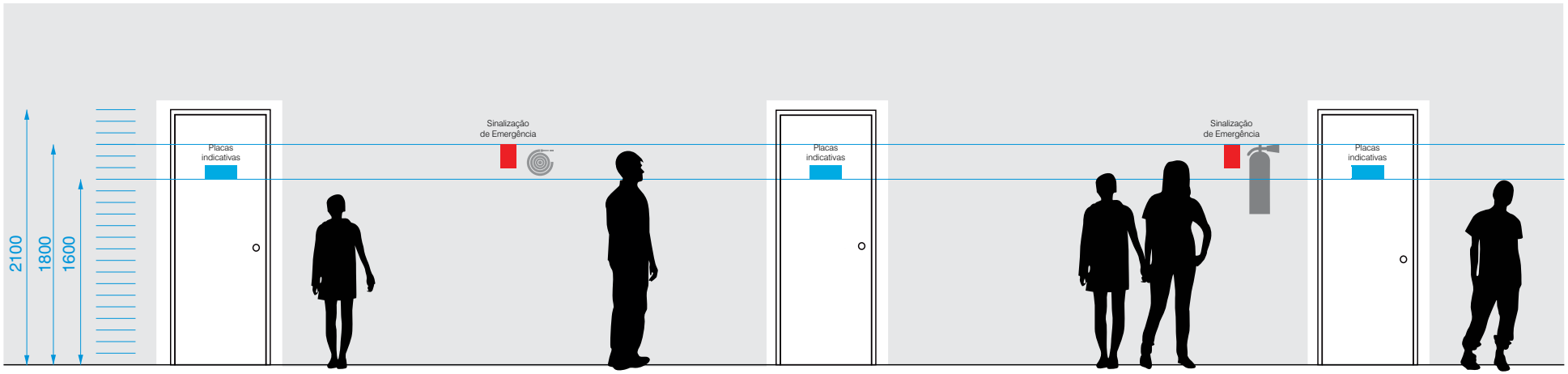
TEXTO: Inscrito em fonte: "Fira Sans Medium", centralizada. (O tamanho da fonte dependerá da quantidade de texto contido na placa. Os textos devem ser curtos e objetivos).



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

G. Ergonomia visual da sinalização



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Sinalização Interna

H. Placa de Referencial Estratégico

Serve para comunicar Missão, Visão e Valores Institucionais. A placa de referencial estratégico deverá estar presente em todas as edificações PRF, sempre em local visível ao público.

I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

TAMANHO: 70X45cm;

MATERIAL: 2 lâminas de vidro temperado de **no mínimo 4mm cada** e adesivo com impressão digital de alta resolução aplicado entre as lâminas;

FIXAÇÃO: Espaçadores cromados;

II - LOCALIZAÇÃO:

A placa ficará localizada na área interna fixada na parede de todas as edificações PRF, em local de visualização estratégica.



ATENÇÃO

Clique para baixar também o Mapa Estratégico PRF e o Banner Referencial Estratégico.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Mastros e Bandeiras

Item representativo de federalidade e patriotismo, corrobora de forma positiva para o fortalecimento da imagem institucional, motivo pelo qual é considerado essencial em uma configuração básica de unidades operacionais, delegacias, superintendências e distritos.

Dependendo de sua classificação e localização geográfica, as edificações PRF deverão ter duas ou três bandeiras. Em se tratando de edificações situadas em regiões fronteiriças, de acordo com exigência da Lei 5.700/71, art. 13, VII, destaca-se que: "nas repartições federais, estaduais e municipais situadas na faixa de fronteira deve-se hastear, além da Bandeira Nacional, a Bandeira do Mercosul" (Artigo incluído pela Lei 12.157/09). Portanto, temos a seguinte configuração de mastros e bandeiras:

A. EDIFICAÇÕES EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS: Três bandeiras e mastros: 1-Bandeira do Mercosul 2- Bandeira Nacional e 3- Bandeira da PRF; obrigatoriamente nesta ordem, considerando-se a partir da via pública.

Salienta-se que a ordem das bandeiras é de suma importância, uma vez que a Bandeira Nacional tem que, obrigatoriamente, ocupar lugar de honra em todos os dispositivos nos quais ela estiver presente.

A. Especificações técnicas

Para especificar os tamanhos da Bandeira Nacional, a Lei n° 5.700/71, de 1º de setembro de 1971, preceitua os tipos trazidos no quadro ao lado:

Tipo	Largura (cm)	Comprimento (cm)*	Diagonal (cm)*	Nome popular
1	45	64,29	78,47	um pano
2	90	128,57	156,94	dois panos
3	135	192,86	235,41	três panos
4	180	257,14	313,88	quatro panos
5	225	321,43	392,35	cinco panos
6	270	385,71	470,82	seis panos
7	315	450	549,30	sete panos

*Valores podem ser arredondados para faciliar a confecção da bandeira

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Mastros e Bandeiras

Em se tratando da relação bandeira X mastro em repartições públicas e organizações militares, quando a bandeira é hasteada em mastro colocado no solo, sua largura não deve ser maior que 1/5 (um quinto) nem menor que 1/7 (um sétimo) de altura do respectivo mastro.

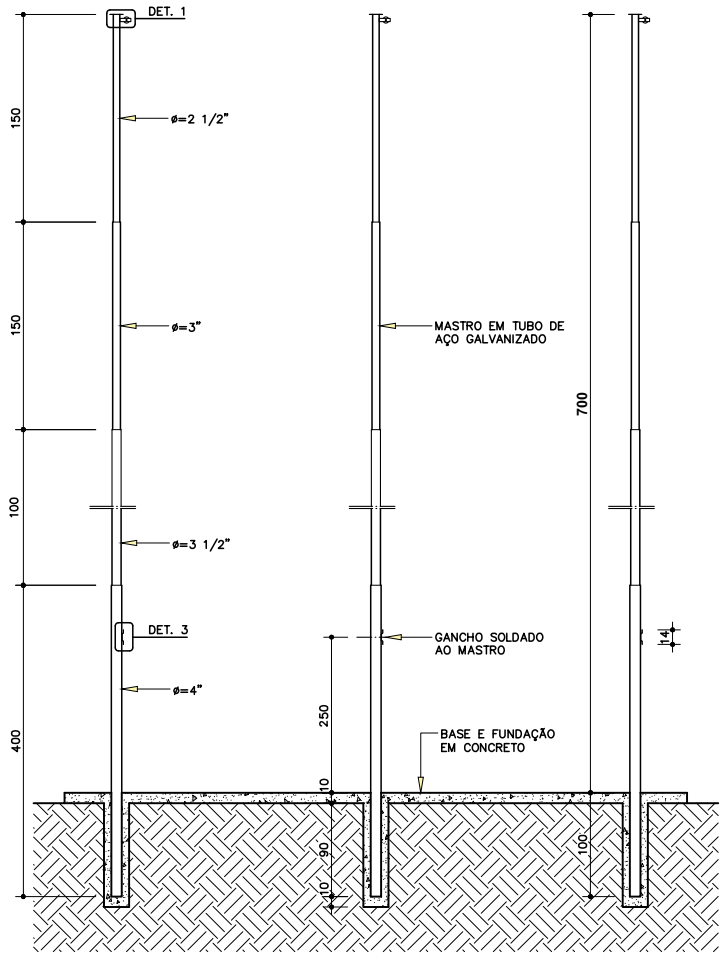
No caso das unidades operacionais e delegacias PRF, serão trabalhados mastros que comportem bandeiras do tipo 3.

No caso específico das superintendências e distritos, serão trabalhados mastros e bandeiras que fiquem adequadas harmonicamente com a arquitetura da edificação.

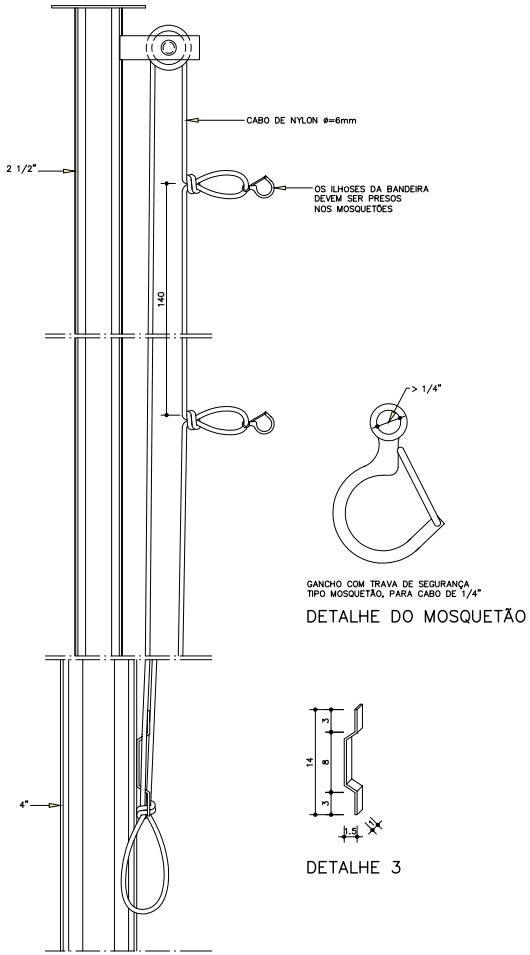


Ilustração de mastros e bandeiras nas Edificações PRF.

Mastros e Bandeiras



CORTE



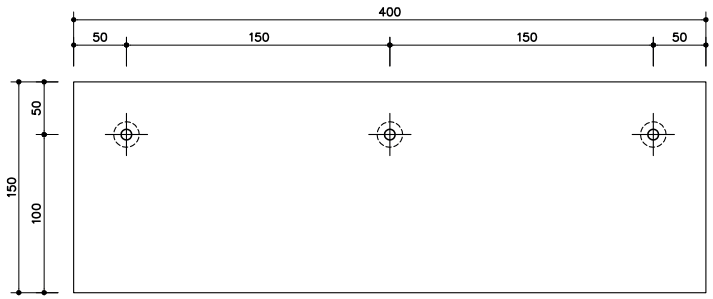
DETALHE DA AMARRAÇÃO DO CABO

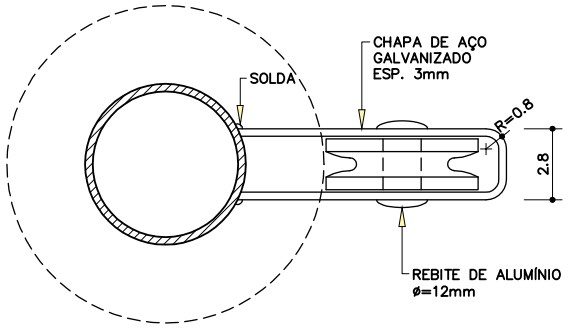
DETALHE DO MOSQUETÃO

DETALHE 3

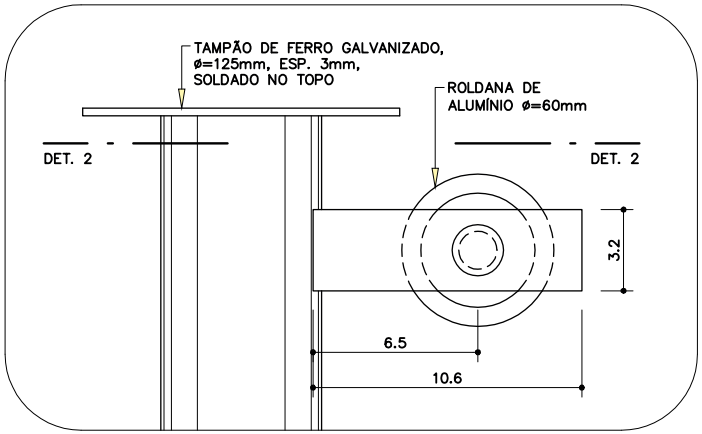
⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Mastros e Bandeiras

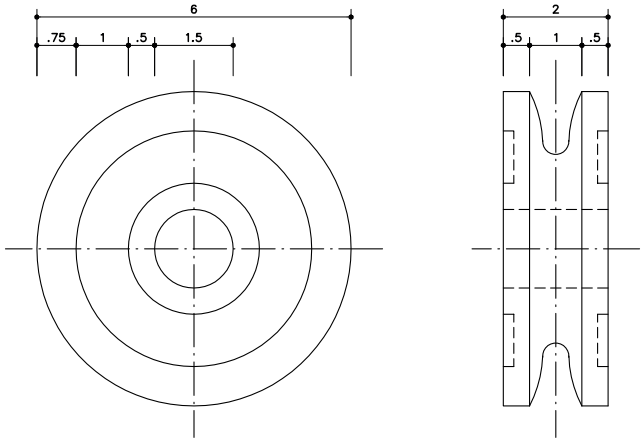




DETALHE 2



DETALHE 1



DETALHES DA ROLDANA

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

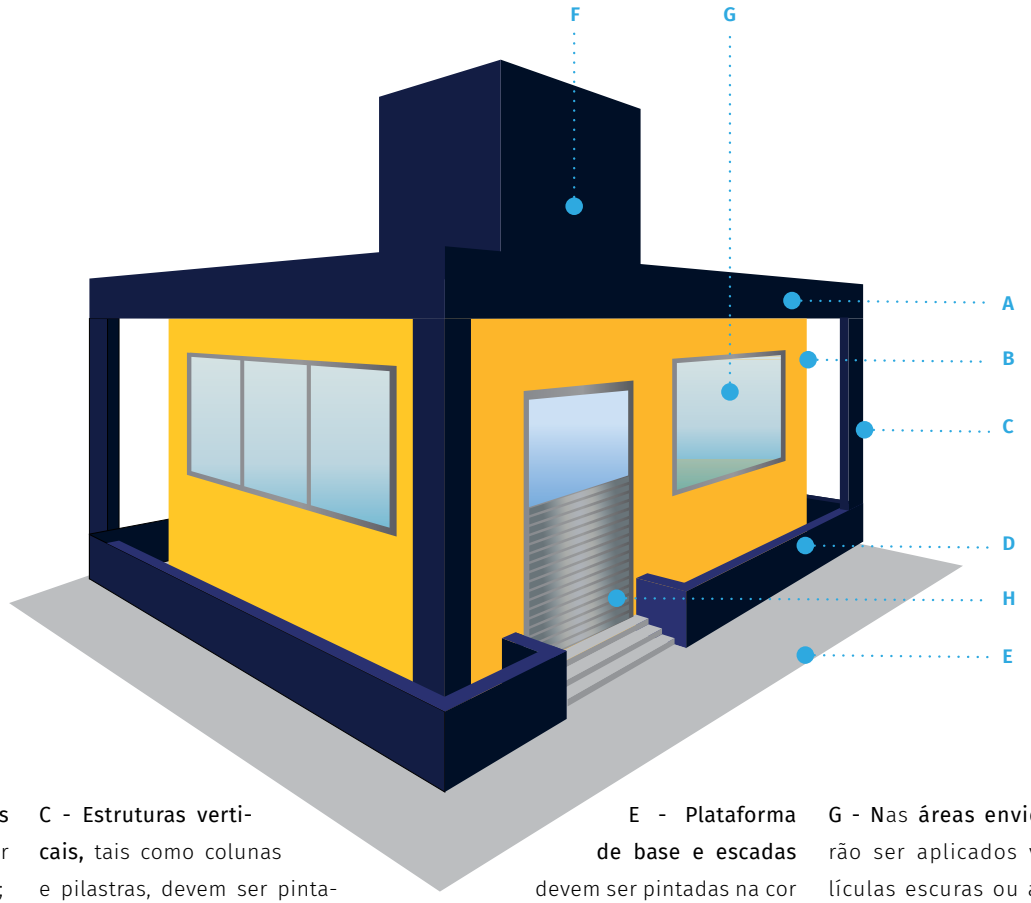
UNIDADE OPERACIONAL (Posto): Instalações físicas da PRF nas rodovias federais, compreendendo-se as unidades de execução do serviço policial rodoviário federal.

DELEGACIAS: Unidades de gestão e planejamento da atuação institucional da PRF no âmbito da circunscrição estabelecida.

ATENÇÃO

As delegacias situadas dentro de centros urbanos devem ser tratadas como exceção, portanto sua área externa deve seguir a regra das superintendências e distritos, ou seja, pintura e/ou revestimentos na cor branca ou em tons claros e os elementos mínimos da comunicação visual deverão ser: letreiro frontal, totem, placa de inauguração e mastros e bandeiras.

UOPs e Delegacias



A. Área Externa

PINTURA: Ao lado, croqui esquemático de pintura de unidades operacionais e delegacias, seguido de legendas especificando detalhadamente cada item.

OUTROS ITENS:

PILOTIS: Azul;
POSTES: Base Branca (1,2 m);
MASTROS: Aço Galvanizado;
CERCAS: Azul;
CORRIMÃO: Branco ou, se de material nobre, na cor natural.

A - Testeira/Platibanda/Estruturas longilíneas em geral deverão ser pintadas ou revestidas na cor AZUL;
B - Paredes externas devem ser pintadas ou revestidas na cor AMARELO, na qual não devem conter outros elementos, textos, figuras, grafismos ou qualquer outro detalhe em outra cor;

C - Estruturas verticais, tais como colunas e pilastras, devem ser pintadas na cor AZUL, para constrastar com a parede em amarelo;
D - Esquadrias devem ser pintadas de BRANCO ou cinza claro, exceto se forem de alumínio, situação na qual o material deve ficar aparente;

E - Plataforma de base e escadas devem ser pintadas na cor "Concreto cinza", neutralizando assim este elemento na percepção do conjunto, não sendo adequada a colocação de pisos cerâmicos;
F - Caixas d'água devem ser pintadas ou revestidas na cor AZUL;

G - Nas áreas envidraçadas deverão ser aplicados vidros com películas escuras ou adesivos perfurados de cor sólida, azul PRF, sem variações ou aposição de outros elementos.;
H - Floreiras e laterais das rampas, quando existirem, deverão ser pintadas ou revestidas na cor AZUL.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

B. Letreiro, Símbolos e Placas

Abaixo, uma representação gráfica de posicionamento de letreiros, símbolos, placas e outros elementos essenciais e acessórios de Unidades Operacionais (Postos) e delegacias.



LEGENDA
A. Letreiro Frontal *
B. Letreiro Lateral *
C. Totem horizontal *
D. Caixa-D'água
E. Placa de Inauguração *
F. Mastros e Bandeiras *

*Elementos essenciais

UOPs e Delegacias

C. Letreiro frontal superior

O letreiro frontal superior é composto pelas Emblema PRF e pela inscrição “Polícia Rodoviária Federal” (sem aspas), ambos aplicados obrigatoriamente na parte frontal da edificação. A aplicação deve ser feita preferencialmente em platibandas com superfície lisa e com a devida proporção.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

C. Letreiro frontal superior



Os elementos que compõem o letreiro frontal devem utilizar as seguintes proporções e materiais:

EMBLEMA OFICIAL PRF: 70% da altura da área onde será feita a aplicação. Material: vinil adesivo com impressão digital, recortado e aplicação de verniz, ou em letra caixa com 70mm de profundidade e aplicação de adesivo com impressão digital e verniz;

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: em caixa alta, fonte Swis 721Hv BT, altura da letra de 45% da altura da área onde será feita a aplicação. Material: vinil adesivo recortado com aplicação de verniz, ou em letra caixa com 70mm de profundidade e pintura eletrostática na cor branca;

DISPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS: distância entre as extremidades da inscrição Polícia Rodoviária Federal e emblema PRF será de 200% (2Y) da largura da letra "P" (Y).

Feita a amarração do conjunto de elementos, estará fechada a assinatura para o letreiro frontal, a qual deverá estar centralizada horizontal e verticalmente com a base (áre útil do letreiro) a qual ela será aplicada, desconsiderando-se, para tal, a acentuação presente em "Polícia Rodoviária Federal".



Alinhamento da assinatura na base

Nos casos excepcionais, quando a assinatura do letreiro resultar em largura maior que a disponível na base (área útil de aplicação do letreiro), será aceitável a aplicação com margem mínima de 20% da altura da base de aplicação, à direita e à esquerda da assinatura, proporcionando condições mínimas para o aproveitamento possível do espaço restante.

Os elementos que compõem o letreiro frontal devem estar em uma mesma face, não podendo ter seus elementos separados por chanfros ou estruturas de diferentes alturas que prejudiquem a leitura da assinatura do letreiro. O letreiro terá holofotes frontais (***front-light***) a fim de manter a legibilidade também no período noturno.



Distância mínima das extremidades da
base para as extremidades da assinatura

UOPs e Delegacias

D. Letreiro Lateral

O Letreiro Lateral é composto pelo Logotipo PRF e pela Assinatura 191. A aplicação deve ser feita preferencialmente em platibandas lisas, com altura mínima de 50cm. Não sendo possível, essa se dará por meio de placas lisas fixadas sobre alvenaria ou vigas. Os elementos que compõem o letreiro lateral devem seguir as seguintes proporções e materiais:



LOGOTIPO PRF: 50% da altura da base em que será aplicada. A extremidade do Logotipo PRF deverá distanciar da borda da base em 50% da altura dessa mesma base de aplicação. Material: I - vinil adesivo amarelo recortado com aplicação de verniz; ou II - letra caixa com 70mm de profundidade, com pintura eletrostática em amarelo PRF.

ASSINATURA 191: 50% da altura da base em que será aplicada. A extremidade do 191 deverá se distanciar da borda com a distância mínima permitida (área de proteção) da Assinatura 191. Material: I - vinil adesivo branco recortado e com aplicação de verniz; ou II - letra caixa com 70mm de profundidade com pintura eletrostática em branco.

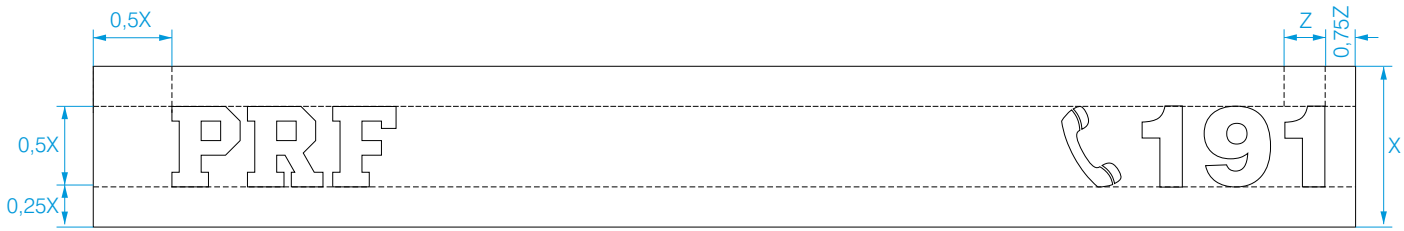
DISPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS: Ambos os elementos que compõem o letreiro lateral deverão estar alinhados verticalmente com a base (área útil de aplicação). Independentemente do comprimento da área disponível para a base do letreiro, entre o Logotipo PRF e a Assinatura 191 deve-se adotar, no mínimo, o espaçamento da largura superior do Logotipo PRF (y) e, no máximo, três vezes (3y). O Logotipo PRF deve ser posicionado na borda mais próxima da pista de rolamento, enquanto que a Assinatura 191, na borda mais distante, respeitando a área de proteção prevista neste Manual em relação à extremidade mais próxima deste. Quanto à iluminação, o letreiro terá holofotes fontais (front-light) a fim de manter a legibilidade também no período noturno.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

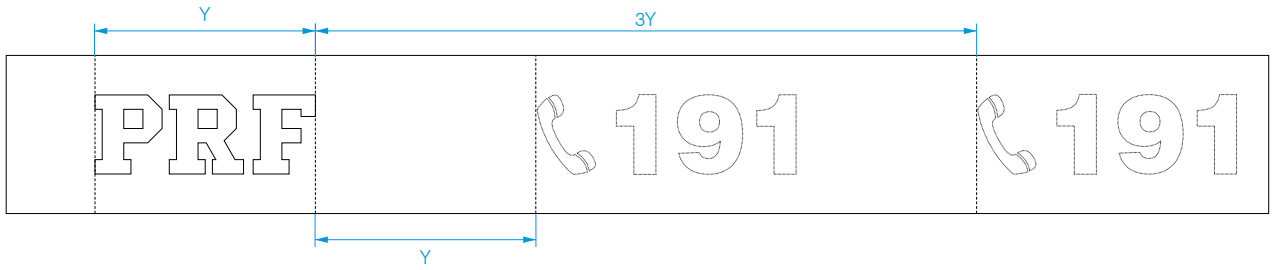
UOPs e Delegacias

D. Letreiro lateral

a. Especificação Técnica



Distância máxima para o 191



Distância mínima para o 191

UOPs e Delegacias

D. Letreiro lateral

a. Especificação Técnica



Vista lateral superior direita da edificação



Vista lateral superior esquerda da edificação

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

E. Totem horizontal

O totem horizontal tem por finalidade fornecer informações sobre a instituição aos cidadãos, bem como a localização exata da unidade operacional ou delegacia correspondente.

DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS: O totem horizontal é composto pelo Emblema PRF e pelas seguintes inscrições designativas:

1. "MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA";
2. "POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL";
3. "UNIDADE OPERACIONAL EM/NO <MUNICÍPIO> - <UF>" ou "DELEGACIA EM/NO <MUNICÍPIO> - <UF>*";
4. "BR 000 - km 000**".

** Nome somente do Município de instalação.*
*** A inserção da BR é obrigatória, mas o quilômetro da Unidade Operacional é opcional.*

TIPOLOGIA:
As inscrições "MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA" e "POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL" serão grafadas em letras maiúsculas utilizando a fonte Swis721 Blk BT.

As inscrições "UNIDADE OPERACIONAL EM <MUNICÍPIO> - <UF>", "DELEGACIA EM/NO <MUNICÍPIO> - <UF>", e "BR *** - km ***" serão grafadas em letras maiúsculas utilizando a fonte Fira Sans Regular.

Para a confecção dos Totens, serão utilizados APENAS os arquivos originais disponibilizados.

MATERIAL E PINTURA:
1. Estrutura interna em aço;

2. Emblema PRF: vinil adesivo com impressão digital, recortado e aplicação de verniz, ou em letra caixa com pintura eletrostática em amarelo PRF, aplicação de adesivo com impressão digital e verniz;

3. Inscrições: vinil adesivo preto recortado e aplicação de verniz ou em letra caixa com pintura eletrostática preta;

4. Base: estrutura metálica com tratamento anticorrosivo e pintura automotiva em azul PRF.

Quanto à iluminação, o letreiro terá holofotes fontais ***(front-light)*** a fim de manter a legibilidade também no período noturno.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

E. Totem horizontal

a. Especificação Técnica



ATENÇÃO

Essa versão 1.0 do MIV, foi elaborada sob égide do *MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública*, caso haja alteração do nome do referido Ministério, a peça (placa, mobiliário, certificado, etc) deverá ser produzida de acordo com a nomenclatura do Ministério vigente à época da contratação.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

E. Totem horizontal

a. Especificação Técnica



UOPs e Delegacias

F. Caixa-D'água

Quando presente e visível, a caixa-d'água deverá compor a comunicação como elemento de reforço visual.

I - CAIXA-D´ÁGUA QUADRADA: Neste formato, serão usadas três faces da caixa-d'água. A frontal trará o Logotipo PRF; as laterais direita e esquerda, o Emblema PRF.

Em se tratando de unidades operacionais e delegacias situadas no centro da pista de rolamento, a caixa-d'água utilizará, nas quatro faces, o Logotipo PRF naquelas voltadas para a rodovia e o Emblema PRF nas demais.

EMBLEMA PRF: vinil adesivo com impressão digital, recortado e aplicação de verniz ou em letra caixa de chapa galvanizada com 100mm de profundidade e aplicação de adesivo com impressão digital e verniz.

LOGOTIPO PRF: vinil adesivo recortado com aplicação de verniz ou em letra caixa de chapa galvanizada com 100mm de profundidade e pintura eletrostática em amarelo ou azul PRF (de acordo com a versão utilizada)

Versão 01.

Versão obrigatória para unidades operacionais e delegacias contíguas às unidades operacionais.



Versão 02.

Versão prioritária para delegacias não anexas à unidade operacional, contíguas ou não à rodovia federal.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

F. Caixa-D'água UOP

Independentemente das dimensões das faces da caixa-d'água, sempre deverá ser respeitada a área de proteção de cada símbolo institucional com relação às extremidades das superfícies, assegurando a visibilidade e harmonia proporcional com o plano de fundo.



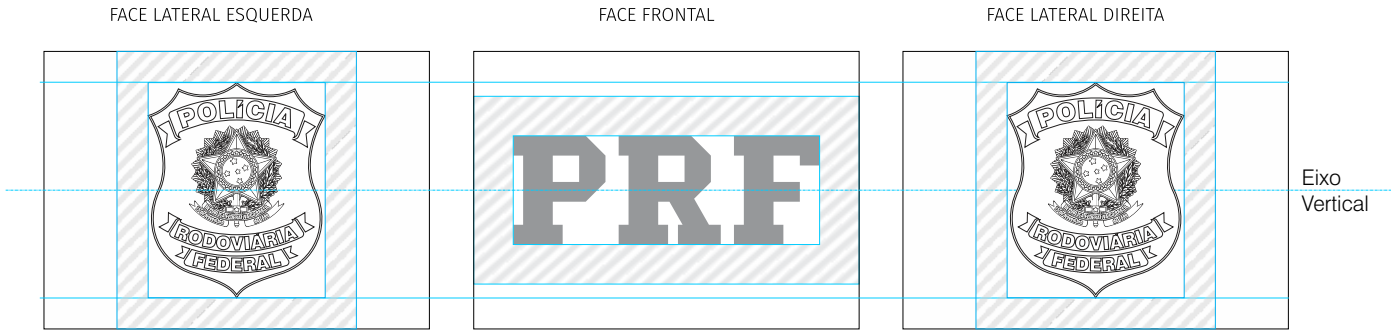


⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

F. Caixa-D'água UOP

PROPORÇÕES: o primeiro elemento a ser colocado será o emblema, o qual será aumentado proporcionalmente até que qualquer dos lados do retângulo formado pela sua área de proteção tangencie um dos lados do retângulo de qualquer das faces laterais da caixa-d'água. Quando isso acontecer, encontramos as dimensões corretas para o emblema em ambas as faces. Quanto ao Logotipo PRF, esse será ampliado proporcionalmente até que o lado superior e inferior do retângulo que delimita sua área de proteção tangenciem o prolongamento das linhas que marcam a extremidade superior e inferior do emblema PRF, desconsiderando a área de proteção, conforme ilustração ao lado:



a. face esquerda *b. face frontal* *c. face direita*

ATENÇÃO

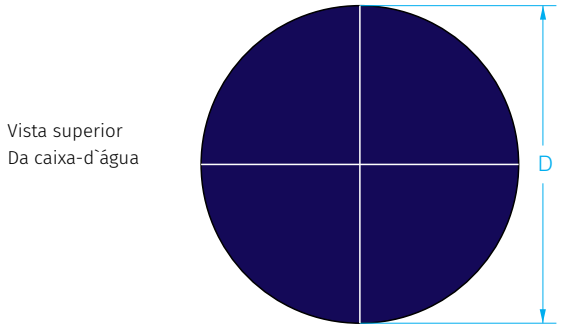
No caso de Unidades Operacionais situadas no centro da pista de rolamento, a face posterior da caixa-d'água será idêntica à face frontal ilustrada na figura acima.

UOPs e Delegacias

F. Caixa-D'água UOP

II - CAIXA-D´ÁGUA REDONDA: neste formato, a configuração da caixa-d'água estará diretamente ligada ao posicionamento das unidades operacionais e delegacias em relação à rodovia.

a. Margem de Rodovia: para unidades operacionais e delegacias nessa localização, as caixas-d'água ostentarão Emblema e Logotipo PRF nos 180º voltados para a pista. Para melhor entendimento, é especificado ao lado a caixa-d'água de forma planificada.



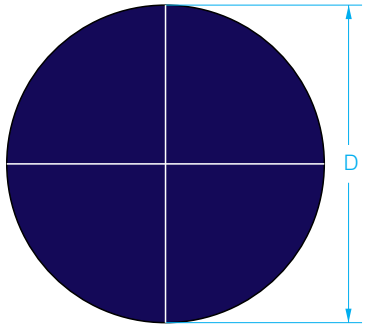


Lateral da caixa-d'água planificada

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

Vista superior
Da caixa-d`água

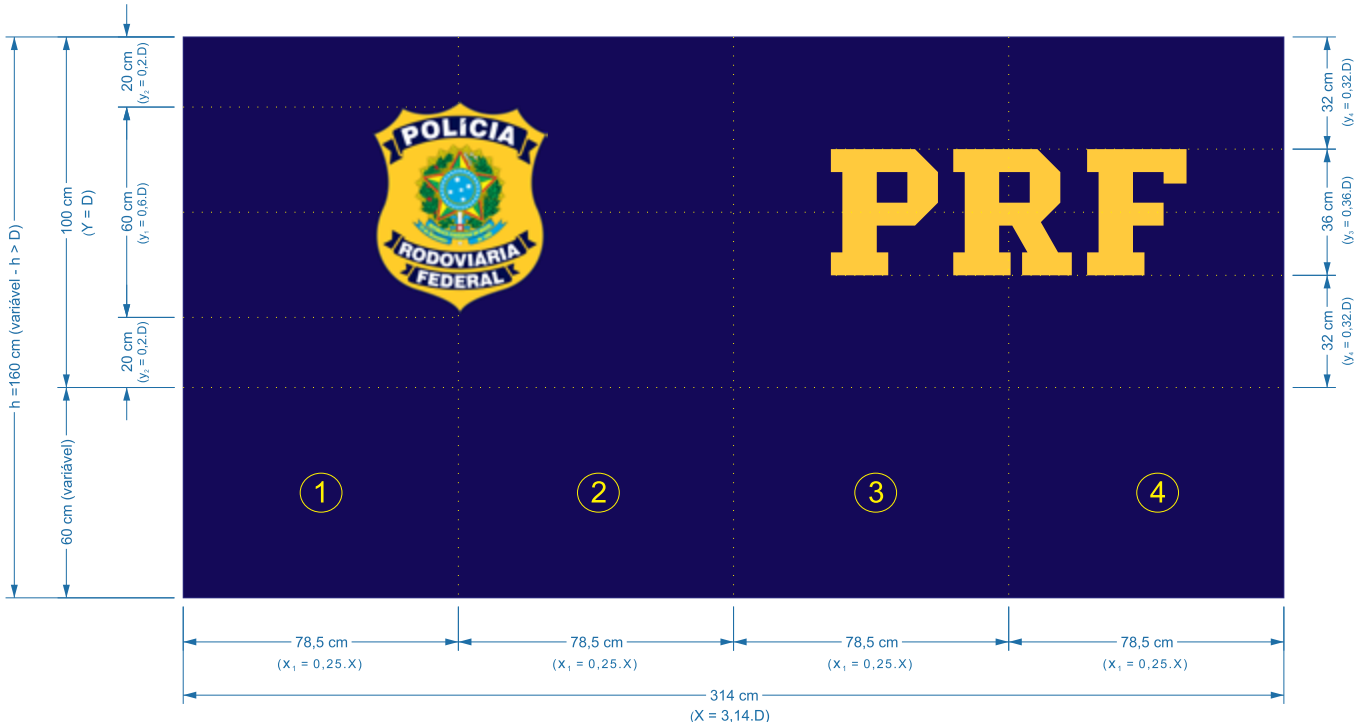


F. Caixa-D'água UOP

b. Centro de Rodovia (canteiro central): para unidades operacionais e delegacias nesta localização, as caixas d'água ostentarão o Emblema e Logotipo PRF distribuídos nos 360⁰ conforme ilustração ao lado.

EMBLEMA PRF: em vinil adesivo com impressão digital, recortado e aplicação de verniz, ou em letra caixa de chapa galvanizada com, no mínimo, 100mm de profundidade e aplicação de adesivo com impressão digital e verniz.

LOGOTIPO PRF: em vinil adesivo recortado com aplicação de verniz ou em letra caixa de chapa galvanizada com, no mínimo,100mm de profundidade e pintura eletrostática em amarelo PRF.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

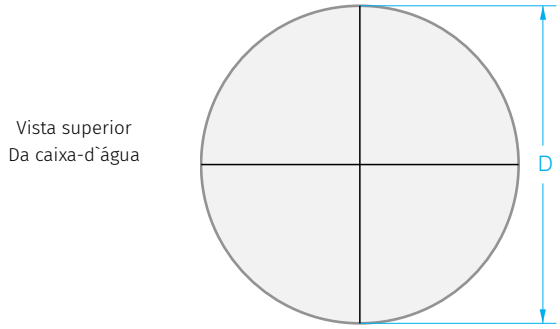
UOPs e Delegacias

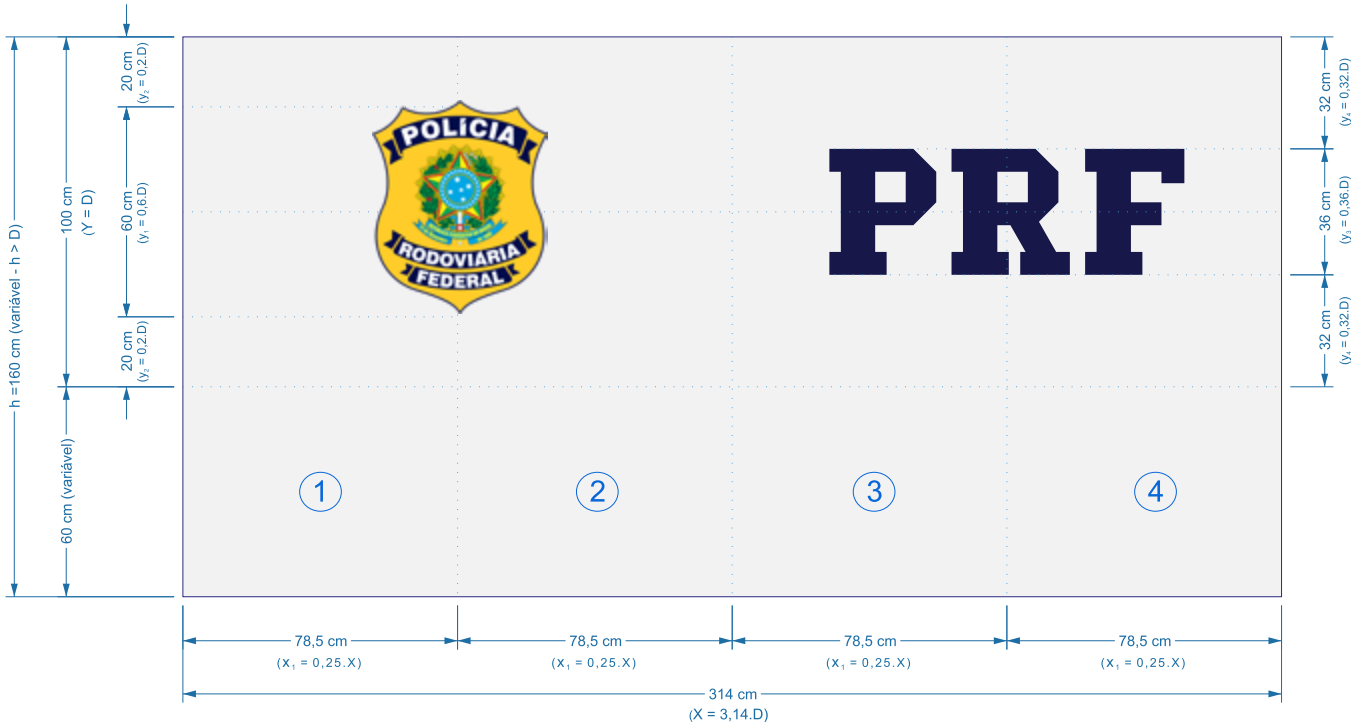
F. Caixa-D'água

c. Delegacias não contíguas à unidades operacionais: para delegacias afastadas das unidades operacionais (contíguas ou não à rodovia federal), as caixas d'água ostentarão o Emblema e Logotipo PRF distribuídos nos 360º conforme ilustração ao lado.

EMBLEMA PRF: em vinil adesivo com impressão digital, recortado e aplicação de verniz, ou em letra caixa de chapa galvanizada com, no mínimo, 100mm de profundidade e aplicação de adesivo com impressão digital e verniz.

LOGOTIPO PRF: em vinil adesivo recortado com aplicação de verniz ou em letra caixa de chapa galvanizada com, no mínimo, 100mm de profundidade e pintura eletrostática em azul PRF.





⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

G. Placa de Inauguração

Placas permanentes instaladas para o evento de inauguração.

I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

TAMANHO: 40X57cm;

MATERIAL: Aço escovado;

FIXAÇÃO: Parafuso #20;

GRAVAÇÃO: Letras gravadas por eletrocorrosão;

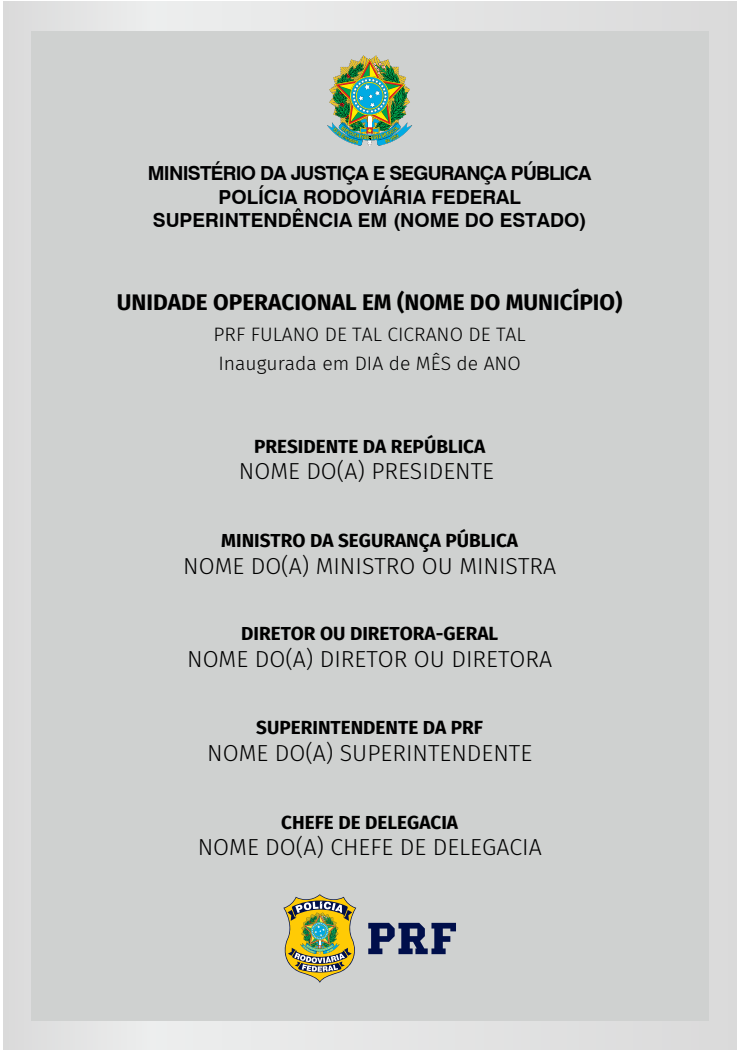
FORMATAÇÃO: Corpo e entrelinha poderão ser ajustados conforme quantidade de texto, mas sempre nessas proporções.

II - LOCALIZAÇÃO:

A placa ficará localizada na área externa das unidades operacionais e delegacias, fixadas na parede, em local de visualização estratégica.

ATENÇÃO

Essa do MIV 7.0, foi elaborada sob égide do *MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública*, caso haja alteração do nome do referido Ministério, a peça (placa, mobiliário, certificado, etc) deverá ser produzida de acordo com a nomenclatura do Ministério vigente à época da contratação.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

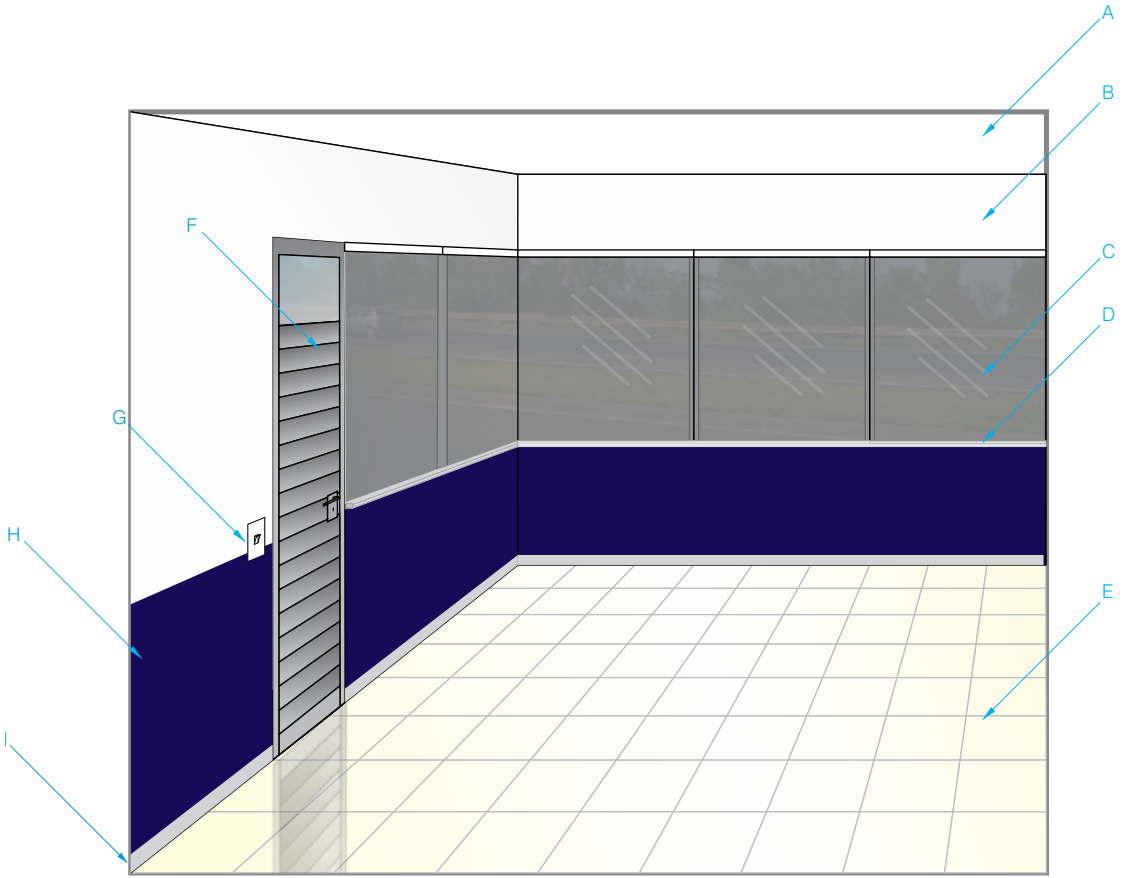
H. Área Interna

O ambiente interno das unidades operacionais e delegacias deve primar pela boa iluminação e presença do branco como cor principal, seguido de detalhes em tons suaves e claros.

A - TETO: Branco neve ou gelo;
B - PAREDES: Branco neve ou gelo;
C - VIDRO: Liso e com película escura ou perfurit sólido em azul PRF. Nas áreas que exijam pMIVacidade, os vidros podem ser translúcidos, jateados, fantasia ou miniboreal;
D - PEITORIL: Tons claros;
E - PISO: Tons suaves e claros; PEI - 5 (alta resistência)
F - ESQUADRIAS: Branco, cinza claro ou alumínio natural;
G - LUMINÁRIAS, ESPELHOS DE TOMADAS E INTERRUPTORES: Branco;
H - MEIA PAREDE: Nas áreas de grande circulação, com acesso permitido ao público, as paredes deverão ser pintadas na cor azul PRF, na altura que vai do piso às esquadrias, a fim de esconder sujeiras que geram sensação de desleixo. Ainda que alguma parede interna não tenha esquadria, essa deverá ser pintada de AZUL na altura das esquadrias do seu entorno.

I - RODAPÉS E SOLEIRAS: Tons claros.

a. Outros itens:
ELEMENTOS LONGILÍNEOS HORIZONTAIS: Azul, independentemente do material;
GRADES DE JANELAS E PORTAS: Acompanhar a cor da esquadria;
LOUÇAS DE BANHEIRO: Cinza claro ou branco;
CORRIMÃO: Branco ou, se de material nobre, na cor natural.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

UOPs e Delegacias

I. Considerações Finais

1. Nas Unidades Operacionais desativadas: toda a simbologia referente à Polícia Rodoviária Federal deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, retirada e, preferencialmente, a edificação deverá ser pintada em cor neutra, diversa das institucionais.

2. Nas edificações com telhados aparentes: as telhas devem ser pintadas em azul PRF.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

As superintendências são unidades responsáveis pela coordenação, planejamento e execução das atividades pertinentes à Polícia Rodoviária Federal no âmbito regional, abrangendo áreas administrativas e operacionais.

Estabelecer critérios fixos na tentativa de padronizar todas as edificações, em todo o território nacional, com seus padrões arquitetônicos diversos, torna-se inviável. Outrossim, a natureza da atividade exercida nessas edificações difere da atividade finalística, não exigindo a mesma ostensividade apresentada nas unidades operacionais e delegacias PRF. Dessa forma, a caracterização desse tipo de edificação se dará de modo adaptativo, atendendo às exigências legais, à necessidade de manutenção e reforço da identidade institucional, de acordo com as possibilidades de cada Sede, atendendo, no mínimo, ao estipulado neste Manual como imprescindível.

a. Pintura e/ou Revestimentos:
A pintura e/ou revestimentos das superintendências e distritos devem primar pela sobriedade, seriedade e imponência, com destaque para os símbolos institucionais em detrimento das demais estruturas.

b. Outros itens
POSTES: Base branca (1,2 m)

MASTROS: Aço Galvanizado;

CERCAS: Azul;

CORRIMÃO: Branco ou, se de material nobre, na cor natural.

c. Itens mínimos: são itens de comunicação visual obrigatórios em todas as superintendências e distritos, devendo ser aplicados em locais visíveis na área externa das edificações e em quantitativo necessário, sendo capazes de identificá-las, garantir a valorização dos símbolos institucionais e fortalecer a imagem da Polícia Rodoviária Federal. São eles:

I. LETREIRO FRONTAL SUPERIOR;
II. TOTEM
III. ASSINATURA EMBLEMA+LOGOTIPO
IV. PLACA DE INAUGURAÇÃO.

Os itens mínimos da área externa supracitados serão detalhados particularmente nas subseções seguintes.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

A. Letreiro Frontal Superior

Letreiro composto pelo Emblema PRF, e pela inscrição “Polícia Rodoviária Federal” (sem aspas), ambos obrigatoriamente na frontaria da edificação, podendo ser reproduzido também em outros locais de acesso à edificação.

A aplicação deverá ser feita em platibandas ou letreiros (Versão 1) ou em letra caixa (Versão 2), de acordo com a arquitetura da edificação.



Versão 1
(Platibanda ou letreiro)



Versão 2
(Letreiro)

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

A. Letreiro Frontal Superior (Versão 1)



ESTRUTURA: em Alumínio de alta resistência (ACM), na cor AZUL PRF;

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: em caixa alta, fonte Swis 721Hv BT, altura da letra de 45% da altura da área onde será feita a aplicação. Material: letra caixa com 70mm de profundidade e pintura eletrostática na cor branco PRF;

EMBLEMA OFICIAL PRF: 70% da altura da área onde será feita a aplicação. Material: letra caixa com 70mm de profundidade e aplicação de adesivo com impressão digital e verniz;

DISPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS: Distância entre as extremidades da inscrição Polícia Rodoviária Federal e emblema PRF será de 200% (2Y) da largura da letra "P" (Y).

Feita a amarração do conjunto de elementos, estará fechada a assinatura para a Versão 1, a qual deverá estar centralizada horizontal e verticalmente com a estrutura na qual ela será aplicada, desconsiderando-se, para tal, a acentuação presente em "Polícia Rodoviária Federal".



Alinhamento da assinatura na base

Nos casos excepcionais, quando a assinatura do letreiro resultar em largura maior que a disponível na base (área útil de aplicação do letreiro), será aceitável a aplicação com margem mínima de 20% da altura da base de aplicação, à direita e à esquerda da assinatura, proporcionando condições mínimas para o aproveitamento possível do espaço restante.



Distância mínima das extremidades da base para as extremidades da assinatura

Quanto à iluminação, o letreiro terá holofotes frontais (***front-light***) a fim de manter a legibilidade também no período noturno.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

A. Letreiro Frontal Superior (Versão 2)



ESTRUTURA: O elementos que contemplam esta versão serão afixados diretamente na estrutura da edificação em local de destaque e escolhido estrategicamente. Para fins didáticos, será criado um retângulo imaginário, semelhante à estrutura da versão 1, para facilitar a amarração dos outros elementos;

EMBLEMA OFICIAL PRF: 70% da altura da área do retângulo imaginário onde será feita a aplicação. Será reproduzido em letra-caixa de chapa galvanizada com 70mm de profundidade e aplicação de adesivo com impressão digital e verniz;

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: em caixa alta, fonte Swis721 Hv BT, altura da letra de 45% da altura da área do retângulo imaginário onde será feita a aplicação. Será reproduzido em letra caixa de chapa galvanizada com 70mm de profundidade e pintura eletrostática na cor azul PRF;

DISPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS: Distância entre as extremidades da inscrição Polícia Rodoviária Federal e brasão/emblema será de 200% (2Y) da largura da letra "O" (Y).

Feita a amarração do conjunto de elementos, estará fechada a assinatura para a Versão 2, a qual deverá estar centralizada horizontal e verticalmente com a estrutura do retângulo imaginário no qual ela será aplicada, desconsiderando, para tal, a acentuação presente em "Polícia Rodoviária Federal".

Quanto à iluminação, a versão 2 terá holofotes frontais (***front-light***), a fim de manter a legibilidade também no período noturno.



Alinhamento da assinatura na base

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

B. Totem horizontal

O totem horizontal tem por finalidade fornecer informações sobre a instituição aos cidadãos.

DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS: O totem horizontal é composto pelo Emblema PRF e pelas seguintes inscrições designativas:

1. “MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA”;
2. “POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL”;
3. “SUPERINTENDÊNCIA EM/NO <ESTADO>”

TIPOLOGIA: As inscrições “MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA” e “POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL” serão grafadas em letras maiúsculas utilizando a fonte Swis721 Blk BT.

A inscrição “SUPERINTENDÊNCIA EM/NO <ESTADO>” será grafada em letra maiúscula utilizando a fonte Fira Sans Regular.

Para a confecção dos Totens, serão utilizados APENAS os arquivos originais disponibilizados.

MATERIAL E PINTURA:

1. Estrutura interna: em aço;

2. Emblema PRF: em vinil adesivo com impressão digital recortado e aplicação de verniz, ou em letra caixa com pintura eletrostática em amarelo PRF, aplicação de adesivo com impressão digital e verniz;

3. Inscrições: em vinil adesivo preto recortado e aplicação de verniz ou em letra caixa com pintura eletrostática preta;

4. Base: estrutura metálica com tratamento anticorrosivo e pintura automotiva em azul PRF.

Quanto a iluminação, o totem terá holofotes frontais (front-light) a fim de manter a legibilidade também no período noturno.

FIXAÇÃO: Chumbado no chão sobre uma base de cimento.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

B. Totem horizontal

a. Especificação Técnica

VISTA SUPERIOR



VISTA FRONTAL



ATENÇÃO

Essa versão 1.0 do MIV, foi elaborada sob égide do *MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública*, caso haja alteração do nome do referido Ministério, a peça (placa, mobiliário, certificado, etc) deverá ser produzida de acordo com a nomenclatura do Ministério vigente à época da contratação.

Superintendências

B. Totem horizontal

a. Especificação Técnica

VISTA FRONTAL



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

C. Assinatura Emblema + Logotipo PRF

Esta assinatura é composta pelo Emblema e o Logotipo PRF, podendo assumir duas configurações: horizontal ou vertical. Deverá ser escolhida a opção mais harmônica com a estrutura disponível.

MATERIAL: o emblema PRF será produzido em letra-caixa com pintura eletrostática em amarelo PRF e aplicação de adesivo com impressão digital e verniz. O logotipo PRF será produzido em letra caixa com pintura eletrostática. A cor poderá variar de acordo com o fundo, respeitando as possibilidades de cores institucionais previstas para o logotipo PRF.



a. Horizontal: Preferencialmente utilizada em áreas que pMIVilegiem a horizontalidade.



b. Vertical: Preferencialmente utilizada em áreas que pMIVilegiem a verticalidade.

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

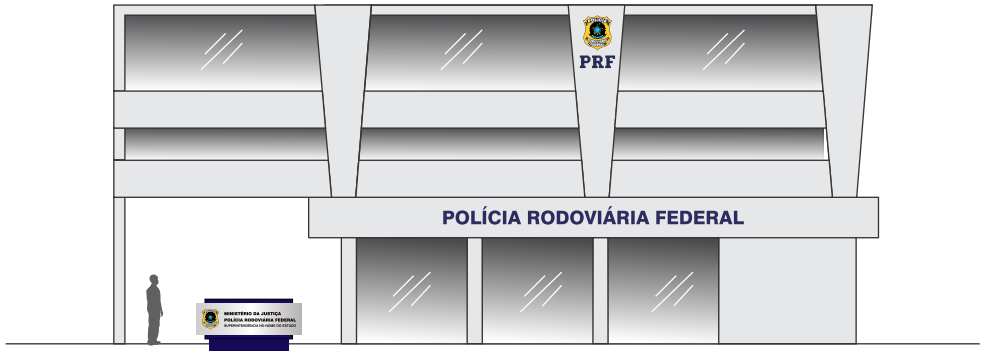
C. Assinatura Emblema + Logotipo PRF

Devido à ausência de uniformidade entre as estruturas das superintendências e distritos, as edificações deverão respeitar as seguintes premissas:

a. Utilizar da Assinatura Emblema Logotipo (Versão horizontal ou vertical);

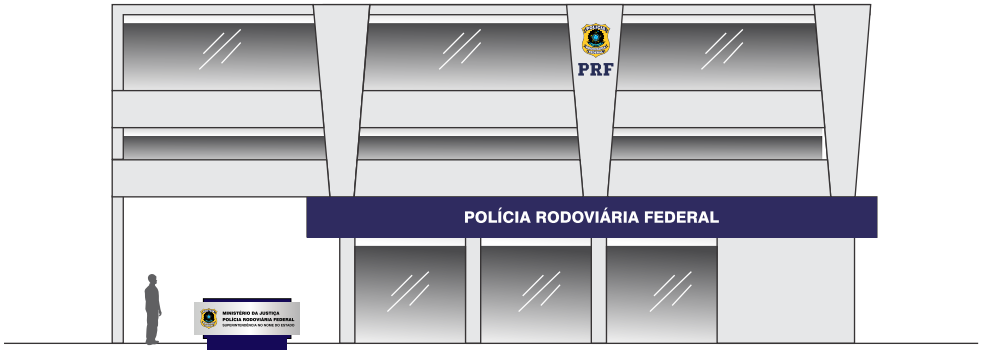
b. Evitar a duplicidade de símbolos institucionais em superfícies adjacentes;

Seguem ao lado algumas simulações de uso:



Adequado

Comunicação visual completa e harmônica

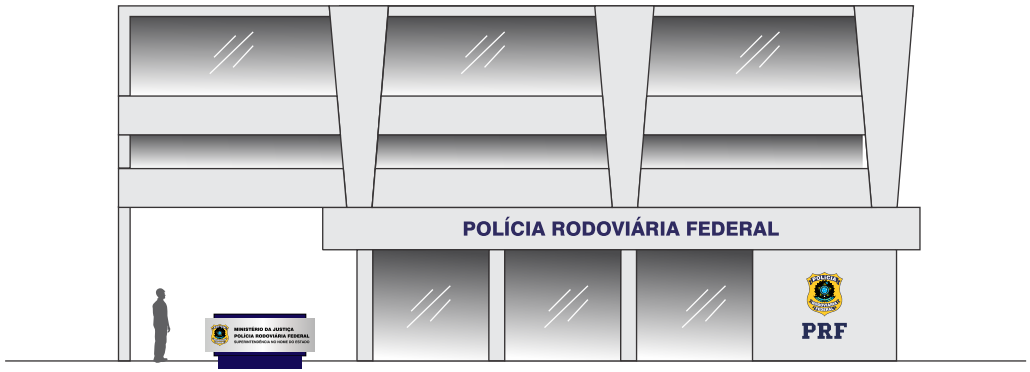


Adequado

Comunicação visual completa e harmônica

Superintendências

C. Assinatura Emblema + Logotipo PRF



Adequado

A utilização da Assinatura Vertical do Emblema e Logotipo excluí a necessidade de Emblema ao lado da inscrição "Polícia Rodoviária Federal"



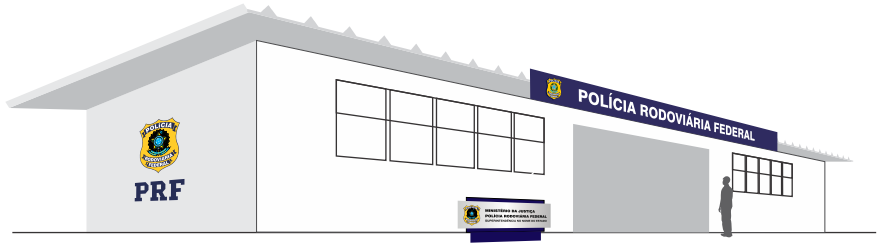
Inadequado

Desequilíbrio na comunicação visual entre a parte superior (vazia) e inferior sobrecarregada e com duplicidade de símbolos

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

C. Assinatura Emblema + Logotipo PRF



Adequado

Comunicação visual completa e harmônica



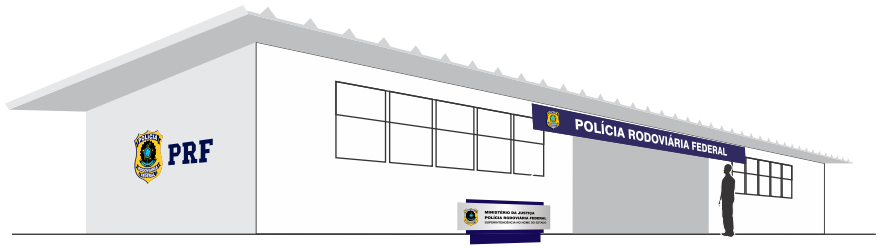
Inadequado

Comunicação visual abaixo do campo visual



Adequado

Comunicação visual completa e harmônica



Inadequado

Letreiro baixo atrapalhando o fluxo de entrada e saída principal

⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

D. Placa de Inauguração

I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

TAMANHO: 40X57cm;

MATERIAL: Aço escovado;

FIXAÇÃO: Parafuso #20;

GRAVAÇÃO: Letras gravadas por eletrocorrosão;

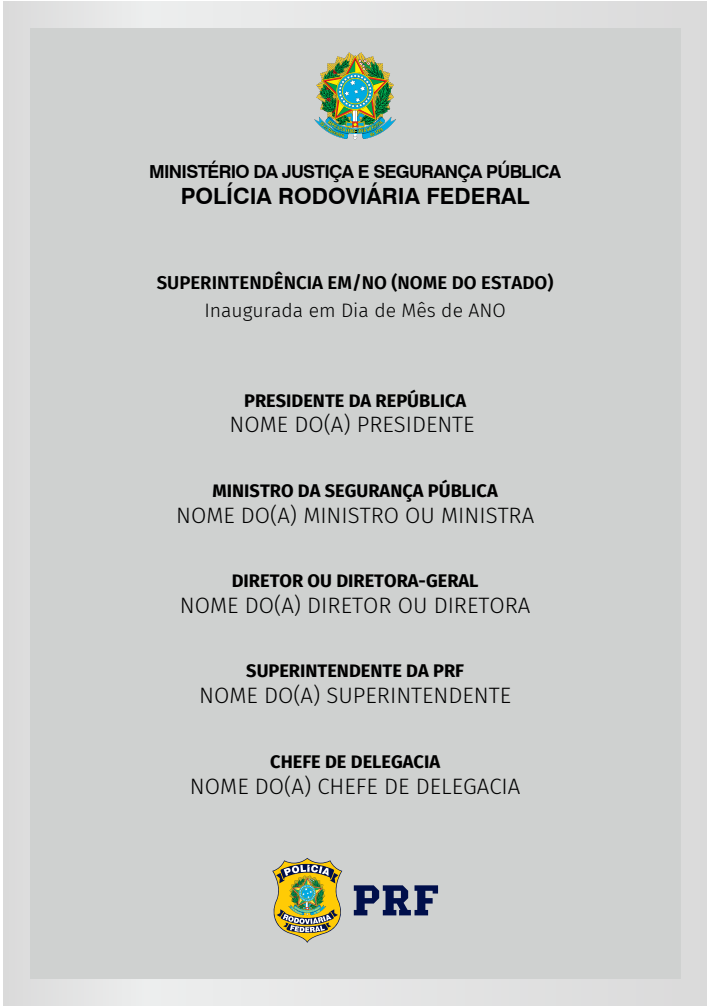
FORMATAÇÃO: Corpo e entrelinha poderão ser ajustados conforme quantidade de texto, mas sempre nessas proporções.

II - LOCALIZAÇÃO:

A placa ficará localizada na área interna das superintendências e distritos, fixada na parede, em local de visualização estratégica, preferencialmente no hall de entrada da edificação.

ATENÇÃO

Essa versão 1.0 do MIV, foi elaborada sob égide do *MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública*, caso haja alteração do nome do referido Ministério, a peça (placa, mobiliário, certificado, etc) deverá ser produzida de acordo com a nomenclatura do Ministério vigente à época da contratação.



⚠ UTILIZAR APENAS ARQUIVOS ORIGINAIS

Superintendências

E. Área Interna

O ambiente interno das superintendências e distritos deve primar pela boa iluminação e presença do branco como cor principal, seguido de detalhes em tons suaves e claros.

A - TETO: Branco neve ou gelo;

B - PAREDES: Branco neve ou gelo;

C - VIDRO: Liso e fumê. Nas áreas que exijam pMIVacidade, os vidros podem ser translúcidos, jateados, fantasia ou miniboreal;

D - PEITORIL: Tons claros;

E - PISO: Tons suaves e claros; PEI - 5 (alta resistência);

F - ESQUADRIAS: Branco, cinza claro ou alumínio natural;

G - LUMINÁRIAS, ESPELHOS DE TOMADAS E INTERRUPTORES: Branco;

I - RODAPÉS E SOLEIRAS: Tons claros.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO PARÁ

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Considerando o disposto no artigo 23 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021:

> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
>
> [...]
>
> § 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, **o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:**
>
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;
>
> II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
>
> III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
>
> IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. *(meu grifo)*

Considerando o disposto na IBRAOP OT - IBR 004/2012:

> **3.4 Orçamento base:** orçamento detalhado do custo global da obra que integra o projeto básico da licitação, fundamentado em quantitativos de serviços e em composições de custos unitários.

Considerando a recomendação contida na página 15 do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia da Advocacia-Geral da União (AGU);

> **E para uma melhoria contínua da instrução processual, as seguintes boas práticas devem ser adotadas**:
>
> [...]
>
> • Os documentos devem ser juntados em formato de arquivo **"PDF/A" pesquisável**, em obediência ao Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, quando cabível.
> • Não é recomendável incluir no Sei **arquivos zipados ou em Excel**, os quais não podem ser baixados em PDF e inviabilizam que os membros da Advocacia Geral da União façam download integral do processo eletrônico para a adequada análise de todos os documentos.

1. Por tratar-se de documentos técnicos digitais em formatos variados, será concedido acesso aos arquivos "em nuvem", para facilitar a consulta dos interessados.

2. **Link para acessar os arquivos:** https://drive.google.com/drive/folders/11ZZefSl91NzeNTBb1xNZkvwOWUMv7QOV?usp=sharing.

DELANO GONÇALVES DE **BARROS**
Policial Rodoviário Federal
Matrícula 1320385
Técnico em Edificações
CFT 04863076460

Documento assinado eletronicamente por **DELANO GONCALVES DE BARROS**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 27/06/2025, às 06:25, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/verificar, informando o código verificador **66394527** e o código CRC **AC9C0703**.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO PARÁ

NOTA TÉCNICA Nº 17/2025/INFRAESTRUTURA PREDIAL-PA/SAD-PA/SPRF-PA

PROCESSO Nº 08652.002488/2025-11

INTERESSADO: INFRAESTRUTURA PREDIAL/PA, NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS/PA

1. INTRODUÇÃO

1.1. A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para assumir as obrigações financeiras decorrentes de contratação pública. Serve de base para comparar e examinar as propostas recebidas no procedimento licitatório, além de indicar o preço estimado do bem ou serviço que a Administração Pública está disposta a contratar, devendo constar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global.

2. SUMÁRIO

2.1. Apresentação de Nota Técnica para materializar pesquisa de preços, para fins de determinação do preço estimado para embasar a contratação de empresa para construir um totem de identificação da sede regional da SPRF-PA no CENSIPAM.

3. BASE LEGAL

3.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

3.2. Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022;

3.3. Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

4. DOCUMENTOS QUE SUBSIDIARAM A NOTA TÉCNICA

4.1. Os documentos que embasaram a elaboração desta Nota Técnica são os seguintes:

Descrição	Desonerado (SEI nº)	Não desonerado (SEI nº)
Legislação Municipal - Belém-PA	Link	
Cotações de preços	Link	
Orçamento Resumido	Link	Link
Orçamento Sintético		
Orçamento Analítico		
Curva ABC de Serviços		
Curva ABC de Insumos		
Cronograma Físico e Financeiro		

5. DA ANÁLISE TÉCNICA

I - DA FORMAÇÃO DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

5.1. Para a formação do preço de referência (estimado), foi seguida a instrução prevista no §2º do art. 23 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo obtido o resultado através dos parâmetros descritos nos incisos I e II, conforme detalhado a seguir:

> **Lei nº 14.133**
>
> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
>
> [...]
>
> § 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi)**, para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de **tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**, desde que contenham a data e a hora de acesso;

[...]

5.2. O custo total estimado dos serviços foi baseado:

5.2.1. na tabela SINAPI - 05/2025 - Pará;

5.2.2. na tabela SEDOP - 02/2025 - Pará.

5.3. Especificamente para o subitem 1.15 do Orçamento Sintético (TOTEM EM ACM,COM ACRÍLICO E ILUMINAÇÃO EM LED NA MEDIDA 200X80CM (ESTRUTURA INTERNA EM METALON) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO), por não constar nas tabelas oficiais supra, foi utilizado o preço unitário da Proposta comercial - BIS Engenharia (SEI nº 66388741), por se mostrar a de menor valor entre as demais.

5.4. **Data de referência:** 26/06/2025.

5.5. O detalhamento das estimativas dos custos unitários e totais estão descritos nas planilhas orçamentárias disponíveis na forma do item 4.1 da presente Nota Técnica.

II - CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

5.6. Para o enquadramento específico da demanda no Catálogo de Serviços (CATSER), em respeito ao Acórdão 2.831/2021 - Plenário TCU, bem como seguindo as orientações contidas no Comunicado n.º 02/2023 da SEGES, foi utilizado o **código serviço 542**, do **grupo 5622**: "obras civis públicas (construção)".

5.7. A unidade de fornecimento é unidade.

III - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI) DE REFERÊNCIA E ENCARGOS SOCIAIS (ES)

5.8. De acordo com o § 2º do art. 23 da Lei 14.133/21, "No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, **acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis** ... [...]", chegou-se aos seguintes valores de referência para a contratação:

5.8.1. **Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência** (SEI nº 66394616) - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário:

I - Tipo de obra: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;

II - Quartil: médio;

III - **BDI (sem desoneração): 26,24% - Adotado;**

IV - BDI (com desoneração): 31,42%.

5.8.2. **Encargos Sociais (ES) de referência** (SEI nº 66394741);

I - **Sem desoneração: 118,23% (horista) / 71,76% (mensalista) - Adotado;**

II - Com desoneração: 95,00% (horista) / 53,45% (mensalista).

6. CONCLUSÃO

6.1. De acordo com os documentos acostados ao processo e disponíveis para análise e conferência, conforme o item 4 da presente Nota Técnica, os custos unitário e global de referências restaram em:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Construção de um totem de identificação da sede regional da SPRF-PA no CENSIPAM	5622	unidade	1	R$ 9.121,57	R$ 9.121,57

6.2. Conclui-se, que o valor estimado da contratação é de **R$ 9.121,57** (nove mil cento e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos).

DELANO GONÇALVES DE **BARROS**
Policial Rodoviário Federal
Matrícula 1320385

Documento assinado eletronicamente por **DELANO GONCALVES DE BARROS**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 26/06/2025, às 17:26, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/verificar, informando o código verificador **66395560** e o código CRC **60D1771F**.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO PARÁ

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)

1. NORMATIVO LEGAL

1.1. O BDI, de acordo com a definição consagrada na literatura especializada e com o art. 2º, inciso V, do Decreto 7.983/2013, apresenta-se por meio de percentual a ser aplicado sobre os custos diretos e tem por finalidade mensurar as parcelas do preço da obra que **incidem indiretamente na execução do objeto** e que **não são possíveis de serem individualizadas ou quantificadas na planilha de custos**, tais como custos indiretos, remuneração ou lucro e tributos incidentes sobre o faturamento.

1.2. Conforme disposto nos artigos 2º e 9º do Decreto 7.983/2013, temos o seguinte:

> Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
>
> V - **benefícios e despesas indiretas - BDI** - valor percentual que incide sobre o custo global de referência para realização da obra ou serviço de engenharia;
>
> [...]
>
> Art. 9º O preço global de referência será o resultante do **custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI**, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:
>
> I - taxa de rateio da administração central;
>
> II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;
>
> III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e
>
> IV - taxa de lucro. *(meus grifos)*

1.3. Portanto, considerando o serviço objeto do presente processo, apresenta-se a seguir os critérios e cálculos utilizados pela Administração Pública, neste ato representada pela Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Pará, para a definição dos percentuais distintos de BDI a serem aplicados.

1.4. Quanto às alíquotas da **contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB)**, serão utilizados os parâmetros descritos na Lei 12.546/2011 e atualizações.

2. FÓRMULA E PERCENTUAL DO BDI

2.1. Para calcular o BDI vamos utilizar a fórmula e parâmetros previstos no Acórdão 2.622/2013 - Plenário do TCU:

2.1.1. **Tipo de obra:** CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.

2.1.2. **Parâmetro para taxa de BDI utilizado:** MÉDIO.

2.1.3. **Fórmula**:

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) x100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde ao lucro bruto; e

I é a taxa representativa dos impostos (ISSQN, PIS, COFINS e CPRB).

2.2. Aplicando os percentuais individuais para cada item da fórmula, conforme parâmetros supra, temos o seguinte:

Item	Discriminação	Taxa (%)
1	Administração Central (AC)	4,00
2	Seguros + Garantia (S+G)	0,80
3	Riscos (R)	1,27
4	Despesas financeiras (DF)	1,23
5	Lucro (L)	7,40
6	Impostos (I)	26,24 **ou** 31,42*
6.1	ISSQN	5,00
6.2	PIS	0,65
6.3	COFINS	3,00
6.4	*CPRB	3,60

3. CONCLUSÃO

3.1. O percentual a ser adotado para o regime **NÃO DESONERADO** é de **26,24%** (vinte e seis vírgula vinte e quatro pontos percentuais).

3.2. O percentual a ser adotado para o regime **DESONERADO** é de **31,42%** (trinta e um vírgula quarenta e dois pontos percentuais).

DELANO GONÇALVES DE **BARROS**
Policial Rodoviário Federal
Matrícula 1320385
Técnico em Edificações
CFT 04863076460

PRF

Documento assinado eletronicamente por **DELANO GONCALVES DE BARROS**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 27/03/2025, às 15:24, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/verificar, informando o código verificador **64394078** e o código CRC **2C43E474**.